



Anais da Assembléia

N. 006

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 04.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1.988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados. Eduardo Baggio e Rafael Greca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente RE-

QUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § Único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n.º 116/86.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoio: José Afonso Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados votos de congratulações ao Presidente do BANESTADO, Senhor João Carlos Finardi, pela inauguração de mais uma agência dessa instituição financeira, desta vez em Tatuapé-SP, em 04 de março de 1988.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Voto de congratulações alusivo ao 25.^o aniversário do Jornal "Diário Popular".

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Este voto expresso nesta oportunidade, vem ratificar as opiniões no sentido de que, sob o comando do jornalista ABDO AREF KUDRI, o Diário Popular continua sendo um periódico de ampla circulação entre a população do Estado, e junto a esta cumpre ilibadamente o dever de informar os fatos, permitindo a construção de uma opinião popular mais bem informada e liberal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de voto de congratulações à Diretoria eleita e empossada do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná.

A Diretoria eleita, que tem no comando, a diretora-tesoureira Maria Donizetti Nakazaki, foi eleita em 4, 5 e 6 de janeiro, com expressiva votação dos sindicati-

zados da entidade e tem com principal proposta dar continuidade ao trabalho até agora realizado naquele Sindicato, pela união dos trabalhadores, melhores salários, melhores condições de trabalho e pela participação dos trabalhadores nas lutas de todo o povo, por melhores condições de vida.

O voto que propomos, é portanto, manifestação de apoio do Poder Legislativo do Estado do Paraná, à política séria e honesta na qual a diretoria eleita se inspirará para desenvolver as atividades de sua gestão.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência aos homenageados, na Sede do Sindicato à Galeria Lustosa, 11º Andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata de voto de congratulações ao GRUPO FEDATO, pelo transcorrer do 22º ano de participação no mercado esportivo paranaense.

Fundado em 1965, por Aroldo Fedato, o grupo hoje, congrega 5 lojas instaladas em Curitiba, uma em Londrina e outra em Florianópolis (SC), além de uma indústria de confecções para competir com as demais marcas nacionais.

Devido a sua formação esportista, o fundador das lojas Fedato, adotou como norma na empresa seguir sérios conceitos de qualidade. Os produtos, tanto os de fabricação própria, como os de outras indústrias, devem ter durabilidade, beleza e excelência. A preocupação está concentrada, entretanto, nos produtos que levam a marca Fedato. Para estes é dispensado ainda a vantagem do melhor preço.

Com o voto proposto, rendemos nossa gratidão ao Grupo supra mencionado, tanto como nome paranaense fazendo frente ao mercado nacional de esporte, como no desenvolvimento de atividades de apoio à esportistas paranaense, valorizando e descobrindo talentos.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência à Diretoria do Grupo Fedato.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, deste Poder Legislativo, de

voto de congratulações ao Departamento de Projetos e Produtos Especiais - DPPE da Schrader Bellows/parquer Pneumatic, pela passagem dos 10 anos de sua criação.

Criado em 1978, à época do chamado "milagre econômico", quando muitas indústrias optaram pela substituição de equipamentos e máquinas importadas por produtos nacionais, o DPPE está completando, hoje 10 anos de atividades dedicadas às empresas automatizadas de todo o País, para as quais desenvolve, projeta, testa, fabrica e faz a montagem de sistemas e equipamentos pneumáticos, hidráulicos, elétricos ou combinados, atendendo a pedidos feitos sob encomenda.

O Poder Legislativo através do voto proposto, apresenta sua gratidão pelo trabalho desenvolvido na última década pelo grupo Scharader, fornecendo equipamento de mais alta tecnologia, cooperando na infraestrutura da indústria nacional.

Que da decisão da casa, se dê ciência à Diretoria do grupo homenageado.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações ao novo Bispo Auxiliar de Curitiba, Dom Moacyr José Vitti.

Dom Moacyr José Vitti, que é natural de Piracicaba, Estado de São Paulo, onde nasceu em 1940, desde o dia 1º de março próximo passado, substitui Dom Albano Cavallin, atual Bispo de Guarapuava.

Formado em Catequese, licenciado em Filosofia e doutorado em Teologia, Dom Moacyr pertence à Congregação dos Estigmatinos, que foi fundada em 1816, em Verona.

Ordenado presbítero em 16 de dezembro de 1967 e havendo prestado seus préstimos à Igreja em diversos pontos do País, traz em seu escudo episcopal o lema "UM SÓ CORAÇÃO, UMA SÓ ALMA" (At. 4,32).

O voto de congratulações que propomos, nada mais é que o apoio do Poder Legislativo Paranaense ao trabalho que deverá desenvolver, principalmente, a função de acompanhar o trabalho pastoral, nas duas áreas pastorais da periferia de Curitiba, as pastorais evangelizadoras, associações e movimentos religiosos.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao homenageado, na Arquidiocese de Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja registrado voto de congratulações pelo transcurso do "Dia Internacional da Mulher".

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Não nos é dado o direito de permitirmos que não se façam homenagens ao "Dia Internacional da Mulher", posto serem elas as grandes alavancas de sustentação do mundo.

Esquecemos das mulheres é o mesmo que esquecermos de mãe, e em se esquecendo de mãe, fica esquecida a humanidade.

Companheiras incansáveis, lutadoras, dotadas de qualidades excepcionais, merecem, todas as mulheres, todos os dias porém, hoje, o nosso "preito e gratidão".

"BENDITAS SOIS VÓS, MULHERES"!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje, do Poder Legislativo, pela passagem do "Dia Internacional da Mulher".

No trabalho diário neste Poder e em toda a sociedade torna-se claro o vulto do trabalho e da participação da mulher, na luta pela liberdade, pela justiça e pela construção de uma nova realidade.

Presente em todos os campos que nos circundam, a presença da mulher vem, principalmente nas últimas décadas crescendo, hoje elas estão em maioria, nas fábricas, nas escolas e universidades, no comércio, na iniciativa privada e na Administração Pública.

A mulher está em evidência nos nossos dias nos mais diversos setores da sociedade contemporânea, derrubando tabus e desmascarando os preconceitos, elas alçaram ao mundo das artes, das letras, ciência, tecnologia e a política, agindo sempre com firmeza e profunda competência.

A proposição por si só se justifica, uma vez que o substantivo mulher é um dos poucos que dispensam qualquer sequência de adjetivos. A realidade justifica a proposição, a participação da mulher a cada dia cresce mais e demonstra o que o preconceito e a discriminação não podem mais esconder: o progresso, a liberdade e o desenvolvimento precisam da mulher.

gresso, a liberdade e o desenvolvimento precisam da mulher.

Que da decisão da Casa, se dê ciência aos Conselhos Estaduais, Municipais e Federais da Condição Feminina, bem como à

todas as mulheres com assento nas Assembleias Legislativas do País e da Câmara Federal, e ainda às Senadoras da República.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Diretor Regional do Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Senhor Rones Ribeiro Laynes, a seguinte solicitação:

Implantação de uma subagência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O volume de correspondência do Distrito de Iracema têm aumentado significativamente em função do crescimento populacional e também do econômico. Levando-se em conta a considerável distância a que são obrigados, os moradores do Distrito, para ter acesso ao atendimento de correio na agência da sede e, também, a insuficiência daquela agência para comportar a demanda do crescimento, é que justifico tal pedido; pois essa implantação facilitará, sobremaneira, o uso do Correio pela população de Iracema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, o Senhor Antônio Lopes de Noronha, a seguinte solicitação:

Criação e implantação de uma Subdelegacia de Polícia no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Face ao crescimento populacional do Distrito de Iracema, o que implica no crescimento de atos de vandalismo, tais como furtos, arrombamentos, etc, provocando à comunidade local apreensão quanto a insegurança vivida nos últimos meses. Em função desse crescimento a delegacia da sede do Município não dispõe de condições

de infra-estrutura para atender, adequadamente, o referido Distrito.

Por este motivo, faz-se necessária e urgente a criação e implantação de uma Subdelegacia de Polícia em Iracema, com o intuito de atender a população na área de segurança, mantendo a ordem e a tranquilidade pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Luiz Carlos Hauly, a seguinte solicitação:

Criação e implantação de uma Subagência de Rendas no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido justifica-se pelo fato de ser o Distrito de Iracema bastante desenvolvido do ponto de vista populacional e também apresentar crescimento acentuado nos campos do comércio e da agricultura, o que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Município de Formosa do Oeste. Nada mais justo, portanto, que o distrito possa contar com os serviços de uma unidade bancária, o que facilitaria, sobremaneira, a movimentação financeira da população, que atualmente é obrigada a deslocar-se à sede do Município para cuidar de seus negócios, causando com isso perda de tempo, dinheiro (com transporte) e ainda se expondo ao perigo de assaltos e outros transtornos que esse tipo de deslocamento pode causar.

Sendo assim, solicita por parte de Vossa Excelência a especial atenção no sentido de analisar o pedido com vistas ao atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, no sentido de se estudar a possibilidade de se instalar um Posto de Serviço na localidade de Belarmino, Município de Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O pedido é de toda a comunidade que necessita de um posto de Serviço da TELEPAR, para contatos emergenciais que afluem

em toda e qualquer localidade. Com a instalação do P.S., evitar-se-á transtornos referente à comunicação de uma comunidade a outra e, inclusive, em casos de emergência médica, cujo socorro poderá ser prestado com mais agilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Delcino Tavares da Silva, no sentido de estudar sobre a viabilidade de se instalar um laboratório de análises clínicas, equipado com aparelhagem de Raio-X, no Município de Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniáçu encontra-se em estado de desenvolvimento tal que, torna-se premente, a instalação de um laboratório de análises clínicas, equipado com aparelhagem de Raio-X, para atendimento da população local e circunvizinha.

O Município conta com laboratórios particulares, todavia, a população em sua maioria, é carente, contribuindo de uma forma ou de outra com entidades previdenciárias.

Assim, nada mais justo do que, ao menos, minimizar em parte, as deficiências médica-assistenciais, instalando-se um laboratório, para que a comunidade não tenha necessidade de locomover-se até o Município de Cascavel para a realização de tais exames.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de solicitar a destinação de uma viatura policial para prestar serviço na Delegacia de Polícia do Município de Japira.

São inúmeras as reclamações que temos recebido nos últimos dias, da dificuldade de trabalho policial na Delegacia de Japira, principalmente em função da carência de uma viatura que viria exatamente, facilitar o desempenho da ação policial naquela comunidade, garantindo aos moradores mais segurança.

A solicitação é de indimensionável importância, uma vez que é dever do Estado zelar pela segurança dos cidadãos, dentro dos seus lares, no exercício de suas funções na sociedade, motivo pelo qual enca-

minhamos a presente proposição que visa dar ao destacamento policial de Japira condições de trabalho.

Que da decisão desta Casa, se dê ciência ao Prefeito Municipal, ao delegado de Polícia e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Japira.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente junto as autoridades abaixo nominadas, solicitando maior atenção no pedido de um reajuste nas custas dos serventuários da Justiça do Estado do Paraná.

1. Excelentíssimo Governador Álvaro Dias.

2. Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes dos Santos.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A situação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, não difere da situação salarial vivida hoje no Brasil, mas a situação desta classe, vive um clima de intranquilidade e desesperança, desde setembro quando solicitado um reajuste nas custas, mas com a demora para dar solução ao problema está gerando clima de desemprego e desespero na classe.

Somente os tabelionatos e cartórios de protestos de títulos estão ganhando em condição de cobrir os gastos, e isso reflete a própria situação econômico - financeira do País. No caso de cartórios de imóveis e notas, a evidência é grave, com todos operando no vermelho e tendo que dispensar funcionários.

O pior é que a mão-de-obra se especializa no trabalho. E com o crescente número de demissões que testemunhamos no Paraná, pode ocorrer uma verdadeira crise do mercado, o que gerará sobremaneira má qualidade no atendimento, na prestação de serviço e prejuízo à população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Flórida.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, requerendo dos órgãos de saúde, maior atenção ao elevado índice de mortalidade infantil que assola o País.

1. Ministro da Saúde, Senhor Borges da Silveira.

2. Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, Senhor Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O número de crianças que morrem no País é alarmante. Só em Curitiba, de cada 100 crianças, 32 morrem de doenças no período perinatal (informação da Secretaria Municipal de Saúde). Até 1985, o coeficiente de mortalidade infantil tardia, sendo 13,7%, os que morrem sem completar um ano de vida; quadro este que é completado pelo coeficiente de mortalidade materna, que atinge 0,5% para cada mil nascidos vivos, sendo 60,5% a mortalidade de mães com mais de 50 anos.

Das 32 crianças que morrem a cada 100 não passam do 28º dia de vida, atingidas por doenças que são originárias da má assistência à gestante, ao recém-nascido.

As doenças perinatais são consideradas a principal causa da mortalidade infantil, porém, as doenças infecciosas, relacionadas com a desnutrição, matam, de um grupo de 184 crianças, 18,9%. enquanto 35,2%, de um universo de 342 crianças, morrem de algumas doenças do aparelho respiratório, e 0,4% de cada 4 crianças, são vítimas fatais de doenças mal definidas. Assim, em 1985, de 971 crianças, 100% morreram dessas doenças mencionadas, que são as mais frequentes.

Portanto, é extremamente importante, que o Ministério da Saúde, e Secretaria Estadual da Saúde, desenvolvam um programa de conscientização e assistência às gestantes, e recém-nascidos, o que seria mais um passo para nos tornarmos um País desenvolvido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, no Município de Atalaia.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação e implantação em convênio com as prefeituras dos principais municípios paranaenses, de um sistema especial de coleta do lixo hospitalar.

1. Governador Álvaro Dias.

2. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva.

3. Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a implantação do sistema de coleta de lixo hospitalar, seria sanado um grave problema nas principais cidades do Estado do Paraná, que é o grave risco de contaminação oferecido pelos rejeitos descartados por hospitais, clínicas, farmácias, laboratórios e outros estabelecimentos do gênero.

Todo o trabalho de coleta do lixo seria realizado pelos próprios funcionários das prefeituras, que receberiam treinamento adequado para executarem tal serviço, além de roupas e equipamentos de proteção e um veículo (caminhão) devidamente adaptado para este tipo de serviço.

Este sistema ora proposto, já é fato concreto no município de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade de inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, sugerindo à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento uma campanha de conscientização aos pecuaristas da importância da vacinação contra a febre aftosa.

1. Governador do Estado do Paraná, Sr.

Álvaro Dias.

2. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Sr. Osmar Dias.

Sala das Sessões em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Conforme informação da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, grande parte do rebanho paranaense não é vacinado, apesar da intensa divulgação da importância da vacinação, e dos problemas que seriam causados caso ocorresse um surto, muitos pecuaristas não estão levando a sério. A vacinação é fundamental para a saúde do rebanho.

É importante conscientizar o criador que se um animal for infectado pelo vírus da febre aftosa, este custará ao criador a quantia suficiente para imunizar mais de 100 cabeças de gado, além disso, o gado perde peso e na pecuária de leite abaixa consideravelmente a produtividade de leite.

Após detonada a campanha de conscientização, dever-se-ia estipular uma multa com valor excessivo, caso não houvesse a consciência de alguns criadores da importância da vacinação, pelo menos este vacinaria temente à aplicação da multa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, no Município de Ourizona.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento de expediente aos Excelentíssimos Srs. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, e ao Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Prefeito Municipal, solicitando a criação de um curso de 2.º Grau noturno, nas dependências da Escola Municipal Júlia Amaral de Lenna, localizada no Conjunto Habitacional Santa Efigênia, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente no Conjunto Habitacional Santa Efigênia, existe oficialmente mais de mil e duzentas residências, entre casas e aparta-

mentos, não contando as pequenas vilas adjacentes, perfazendo uma população de mais de 20 mil habitantes, podendo ser considerada como uma cidade de pequeno porte, como as existentes no interior.

Somente na Escola Julia Amaral de Lenna freqüentam nos dois turnos escolares, mais de mil alunos de Primeira à Oitava Séries, e esses alunos, quando terminam a Oitava Série, são obrigados a se deslocarem para o centro da cidade, ou procurarem outros estabelecimentos para continuarem seus estudos, aumentando as despesas domiciliares, com os gastos em passagens de ônibus coletivos, que já é bastante dispendioso para seus pais, além do sério risco que corre a maioria, que se desloca para estudar à noite.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Floresta.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando ao Governo do Estado apoio às reivindicações dos criadores de suínos e aves.

1. Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Dias.
2. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, Sr. Osmar Dias.

Sala das Sessões em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O setor de criadores de suínos e aves, como todos os segmentos empresariais do País estão passando por uma crise que podemos considerar como a mais dramática dos últimos vinte anos, o que já pode ser notado com a queda de produção no setor, principalmente avícola que já chega a 30%, enquanto que o rebanho de suínos do Estado do Paraná, caiu de 5 milhões de cabeças em 86, para 3,8 milhões no ano passado, números estes que tendem a diminuir caso não sejam adotadas medidas de apoio a essa classe.

Lideranças do setor, vêm ao Governo do Estado do Paraná requerer moratória das dívidas junto ao BANESTADO e BADEP, por prazo mínimo de 180 dias e posterior li-

quidação dos débitos corrigidos exclusivamente pelo preço mínimo, além de abertura de créditos especiais para o setor.

Requerem ainda a suspensão por 180 dias do ICM incidente sobre todos os insumos no Estado, que sejam utilizados em ambas as atividades e a redução da carga tributária sobre todos os tipos de carne dos atuais 17% para 5% pelo período de 180 dias.

Apoiadas estas reivindicações, acreditam os produtores que seria uma forma de manter vivos tão importantes segmentos empresariais e comerciais de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando o fornecimento de uma ambulância para atendimento ao setor de saúde, no Município de Sarandi.

1. Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Dias.
2. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Sr. Rubens Bueno.
3. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva.

Sala das Sessões em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, com aproximadamente 50 mil habitantes, conta com um atendimento no setor de saúde que deixa muito a desejar, levando-se em conta que grande parte da população pertence à zona rural e é de reconhecida carência sócio-econômica.

Portanto, esperamos a sensibilidade das autoridades a fim de que este município seja dotado de uma viatura (ambulância) para atender em caráter de urgência, o setor de saúde.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Rubens Bueno, DD.

Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Colorado.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao Excelentíssimo Sr. Samir Hobeica, Embaixador do Líbano no Brasil, a criação do Consulado do referido País, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato de o Estado do Paraná contar com aproximadamente 200 mil libaneses, os quais para resolver assuntos relacionados ao seu país de origem, necessitam dirigir-se a São Paulo, onde se localiza o consulado mais próximo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado cópia deste expediente ao Sr. SÍLVIO SANTOS, Diretor-Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, cumprimentando-o pela tese que vem defendendo para que seja divulgado, simultaneamente, das 08:00 às 08:30 horas, em todas as emissoras de TV, um noticiário informativo.

Endereço: Rua Dona Santa Velozo, 575 - Vila Guilherme - CEP 02090-SP.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O empresário e homem de comunicação, Sr. Sílvio Santos, Diretor-Presidente do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, está defendendo uma tese no sentido de que todas as emissoras de TV, simultaneamente, coloquem no ar, no horário das 08:00 às 08:30, um noticiário informativo.

Sua tese já foi aceita pela maioria dos proprietários de TVs.

No entendimento deste Parlamentar, justifica-se sua propositura, pois exigirá dos departamentos de notícias, um melhor aprimoramento e qualidade do que vai ser divulgado. Por outro lado, dará oportunidade a todos os telespectadores para que sejam melhor informados, com a opção, ainda, de escolher, naquele horário, o noticiário que for do seu melhor agrado.

Sem dúvida, uma auspiciosa iniciativa e que virá, sobremaneira, atender à maioria da população brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Dr. Francisco Cunha Pereira, MD. Diretor da "Gazeta do Povo", pelas memoráveis campanhas encetadas para a conscientização da sociedade paranaense na luta pela conquista do pagamento dos "royalties", pela União, aos Estados e municípios que tiveram parte de suas áreas inundadas pela construção de usinas hidrelétricas.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

As conquistas alcançadas são resultados sempre de incessantes lutas, da comunhão de idéias e interesses em torno de um objetivo.

O Diretor da "Gazeta do Povo", Dr. Francisco Cunha Pereira, há alguns anos passados, inicia uma memorável campanha de conscientização de todos os paranaenses, para que se empenhassem na luta pela conquista, junto à União, por uma indenização ao Estado e seus respectivos municípios que tiveram suas áreas de terras inundadas pela construção de Usinas Hidrelétricas.

Pois, em verdade, um movimento de inusitado alcance social que hoje se vê colimado com a aprovação, pelos constituintes de emenda protocolada por parlamentares do Paraná.

Por essa razão, justo e merecido que se tribute ao ilustre jornalista e diretor da "Gazeta do Povo", por mais uma de suas brilhantes iniciativas em favor da gente paranaense e do seu Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo "Escola de Ditadores", publicado na oitava página do 1.º caderno do "Jornal do Brasil", edição do dia 07 de março do corrente ano.

O teor do referido artigo justifica o nosso requerimento, motivo pelo qual deixamos de apresentar a justificativa de praxe.

Sala das Sessões em 08.03.88.

(a) DOMINGOS SCARFELLINI.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 002/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Bíblia Sagrada deverá ficar em local de destaque no recinto do Plenário da Assembleia à disposição de quem dela quiser fazer uso.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A Bíblia Sagrada tem contribuído na formação do Brasil, como povo de Nação cristã, firmando convicções oriundas das escrituras Sagradas, que levaram nosso povo a ressaltar os valores ético-morais nela contidos.

Os princípios bíblicos inspiraram os conceitos que estão contidos em nossa Constituição e de outros países. Homens eminentes deste País sempre se expressaram reconhecendo o valor da Bíblia para a nossa formação, com expressões como: "A Bíblia é a rocha na qual esta República está firmada".

A nossa história ilustra claramente o valor da aplicação voluntária dos ensinamentos bíblicos na vida de indivíduos, família e sociedade, sendo a Bíblia reconhecida como "o livro dos livros", por ser um dos grandes códigos da humanidade.

É por todas essas razões e no fato de nosso povo ser em sua essência cristão, que consideramos oportuno sugerir que haja sempre um exemplar da Bíblia Sagrada em lugar de destaque nesta Casa de Leis, à disposição dos Parlamentares e de quem dela quiser fazer uso, para que possamos estar em consonância com as convicções de nosso povo e da moral cristã.

PROJETO DE LEI N. 031/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas - Casa da Copiosa Redenção - C.C.R., com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade a ser distinguida com a declaração de Utilidade Pública Estadual, tem a finalidade precípua de dinamizar um centro de espiritualidade e vivência, que visa o acompanhamento de jovens, que se proponham ao abandono dos tóxicos de qualquer espécie, sendo entretanto suas diretrizes de atuação e de comportamento social, sempre subordinadas a um corpo de

assessoramento espiritual e de orientação geral.

A documentação em anexo evidencia o alcance da instituição e o quanto é merecedora de receber o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 032/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretada a obrigatoriedade de contratação, pelos órgãos do Governo do Estado do Paraná, tanto pela administração direta ou indireta, de profissionais habilitados em Secretariado Executivo e Secretariado Técnico, para o exercício dos respectivos cargos e que apresentem o registro da profissão na DRTB-MTB.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A profissão de secretariado foi reconhecida e regulamentada pela Lei n. 6556, de 05 de setembro de 1.978 e, em 30 de setembro de 1985, foi substituída pela Lei n. 7377, mais completa, estabelecendo, inclusive, critérios de reconhecimento ao direito adquirido no labor de cada dia, mesmo que não o tenha sido de maneira sistemática e formal.

De acordo com a Lei referida, existem duas classes de secretariado, a primeira de executivo e a segunda de técnico.

A seguir, as prerrogativas ou atribuições do secretário executivo, que, a princípio, deverá ser diplomado no Brasil, em nível superior:

- Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria:

- Assistência e assessoramento direto a executivos:

- Coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresa;

- Redação de textos profissionais e especializados, inclusive em idiomas estrangeiros:

- Interpretação e sintetização de textos e documentos;

- Taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras, explanações, inclusive em idiomas estrangeiros;

Versão e tradução em idiomas estrangeiros para atender às necessidades de comunicação na empresa;

- Registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;

- Orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia;

- Conhecimentos protocolares.

Das atribuições do secretário técnico, que normalmente atua no assessoramento ao secretário executivo:

- Organização e manutenção de arquivos em secretaria;
- Classificação, registro e distribuição da correspondência;
- Redação e datilografia de correspondência ou documentos de rotina, inclusive em idiomas estrangeiros;
- Execução de serviços típicos de escritório, tais como recepção, registros de compromissos, informações e atendimento telefônico.

Vale lembrar que, para efeitos de registro profissional, o indivíduo atuante na área, deve comprovar 5 (cinco) anos de exercício profissional ininterruptos ou 10 (anos) intercalados, até o ano de 1985.

A figura do secretário é de extrema importância em qualquer organização, seja privada ou pública, formal ou informal. É o elemento que promove a interação profissional entre o executivo e os demais funcionários do setor ou do departamento, principalmente, se a atuação for a nível de diretoria.

Hoje, o Paraná tem, seguramente, 15.000 (quinze mil) profissionais atuantes na área, dos quais somente uma minoria composta de aproximadamente 700 (setecentos) profissionais não estão à margem da profissionalização. Portanto, é uma classe que merece, e carece, de reconhecimento.

Em janeiro do corrente ano, o Paraná teve a sua primeira turma de graduandos em Secretariado Executivo, pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. São 36 (trinta e seis) profissionais que se inserem no mercado de trabalho objetivando real reconhecimento da classe.

O Governo do Estado do Paraná seria pioneiro na contratação dos referidos profissionais, com certeza, através de concurso público ou interno, com o incentivo da administração pública ao reconhecimento da categoria.

PROJETO DE LEI N. 033/88

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica vedada a realização de novo concurso público, sem o aproveitamento dos remanescentes de concurso anterior.

§ Único - Para cumprimento do artigo 1º, o novo concurso deverá ser para provimento de cargos e funções da mesma natureza do concurso anterior.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Relativamente à realização dos concursos públicos do Estado, bem como, do efetivo aproveitamento dos aprovados e rema-

nescentes, muita polêmica se tem criado, gerando clima de total descontentamento.

Nesse enfoque, nota-se que muitas injustiças se tem cometido com os aprovados que não obtêm a classificação exigida pelo regulamento, passando a ser considerados como remanescentes. Como tais, permanecem à mercê de uma possível desistência de alguém para serem chamados, agravando-se a situação quanto à validade do concurso desaparece ou caduca. Esta situação tem sido uma constante em todos os concursos públicos que se realizam, não somente no Estado, mas, também, a nível nacional.

Os candidatos estudam, fazem inúmeras despesas com documentação, realizam cursinhos para um melhor aproveitamento das matérias e, finalmente, depois de aprovados, ficam ansiosamente na espera do chamamento que não vem. Daí gera-se a desesperança e frustrações.

Decorrido algum tempo, anuncia-se novo concurso público e tudo se inicia novamente, caindo no irremediável círculo vicioso. Caduca-se o concurso e os aprovados remanescentes sentem, novamente, o sintoma da desilusão e irremediável frustração.

Há que se considerar, o que é mais importante, merecendo especial destaque, que muitos dos candidatos, já com idade proibitiva, tiveram sua última "chance" de participar do concurso. Se, por ventura, não forem aproveitados agora, já não mais terão outra oportunidade em decorrência do fator idade limite que os proíbe de participar de novos concursos públicos, porque assim o determina o regulamento. Aí repousa a grande injustiça.

Estes concursados, em razão da idade, não podendo mais participar de concursos públicos, entram na fase do desespero, sentindo-se como alijados da própria sociedade e de suas aspirações e anseios para melhoria de sua condição de vida, porque a idade veio e é um fenômeno irreversível.

Inspirando dentro deste princípio de se aproveitar os remanescentes de concurso anterior, proibindo-se, dessa forma, o abuso dos concursos públicos, mas, dando-lhes esperança e alento de que amanhã ou depois possam ser chamados a assumirem o cargo para o qual se submeteram. Estaria, também, evitando o festival de concursos públicos que medram no Estado e na União, aquinhoando, quase sempre, uma pequena minoria.

Este é o propósito do presente projeto que dará uma garantia aos remanescentes aprovados de que serão convocados para assumirem seus respectivos cargos, mais cedo ou mais tarde, a não ser que o novo concurso seja para o preenchimento de cargos e funções de natureza diversa do anterior. Por essas razões, convoco aos demais

Pares desta Casa de Leis para que dêem seu apoio à aprovação do Projeto.

PROJETO DE LEI N. 034/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social Comunitário Madre Rafael Ybarra, com sede no Município de Marialva, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.88.

(a) ANTONIO BELINATTI

JUSTIFICATIVA:

Mantendo menores de 7 a 18 anos em regime de semi-internato, num total de 40 crianças, além da 10 outras na faixa etária de 0 a 6 anos, possui, cursos de datilografia, culinária para menores e adultos, curso de pintura para menores e confeitaria.

Trata-se de uma grande obra social, cujo, estatuto segue anexo.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. ALGACI TULIO- (Pela Ordem)- Temos a honra de comunicar a presença, nesta Casa, da Vereadora do Partido Democrático Trabalhista, Dra. Rosa Maria Chiamulera.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa anota e cumprimenta, em nome desta Casa, a ilustre Vereadora.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR- (Lê).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O Dia de hoje é internacional e é o da Mulher. O movimento das mulheres da Indústria Textil de Nova Iorque no dia 8 de março de 1857, empreendendo uma marcha pela cidade, protestando contra os seus baixos salários e reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas, foi violentamente reprimido pela polícia, com um saldo de muitas mulheres presas e feridas, hoje, passados 151 anos, continua vivo em nossa lembrança, perpetuado ao longo da história das lutas, traduzindo todo um processo com suas raízes fincadas na remota idade média que se constrói no dia a dia de cada um, num processo de transformação que contém contradições, avanços, recuos, medos, e arrojados, lágrimas e sorrisos, tristezas e alegrias.

O movimento das mulheres ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não são limitadas somente ao econômico saindo de seu isolamento, quebrando seu silêncio, os oprimi-

dos se organizam em torno de sua especificidade e se contemplam na busca da superação das desigualdades sociais, pois as fontes de discriminação não são isoladas, existindo conexões significativas que se somam na busca de uma nova sociedade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Que as diferenças entre sexos não se traduzam em relação de poder, permeando a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões no trabalho, na escola, na participação política e na esfera familiar.

É tarefa nossa recuperar a presença da mulher na história, pois ela tem sido uma parte silenciosa na memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos.

Desde os tempos remotos da Grécia Antiga, que a mulher vem sendo relegada a uma posição semelhante a do escravo, fiando, tecendo, cosendo, alimentando, calçando as mãos na agricultura e na extração de minerais. Arquivos históricos registram que, no ano de 195 depois de Cristo, as mulheres dirigiam-se ao Senado Romano para protestar contra a sua exclusão do uso dos transportes públicos; as palavras duras do Senador Marco Porcio Catão, negando o uso, expressam claramente a relação de poder entre os sexos.

No século XIV, Christine de Pisan, Escritora Francesa, tornou-se a primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte, considerada como uma das primeiras mulheres com um discurso conscientemente articulado, na defesa dos Direitos da Mulher. Debatedora, polêmica, defensora da igualdade entre os sexos.

"A luta da mulher brasileira é iniciada com o descobrimento do Brasil, quando se aprisionavam os silvícolas desta terra.

Quando sujeitaram a Índia brasileira como mulher, quando nos porões dos navios vindos da África os Senhores compradores de escravos sujeitaram a mulher negra à satisfação das suas necessidades sexuais, gerando os primeiros menores abandonados que nasceram neste País, filhos de escravas com colonizadores. Quando a escrava era obrigada a repartir o leite do seu seio com o filho dos patrões".

Com Anita Garibaldi, que lutava lado a lado com o companheiro Giuseppe Garibaldi, percorrendo todo o Litoral gaúcho numa fuga à cavalo, grávida, prestes a dar à luz, ambos perseguidos pela tropa imperialista. Com Chiquinha Gonzaga, combatida pela sociedade da época por ser a pioneira compositora de músicas carnavalescas. Com a professora Maria Nicolas, a historiadora que deu a vida à memória desta Casa e, aos Senhores Parlamentares que por aqui passaram.

Iara Samento, Líder Sindicalista dos artistas do Paraná, que luta diuturnamente

junto à Constituinte, pela classe.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A luta da mulher se constrói no dia a dia, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a sua história e se coloca como um movimento vivo, cujas estratégias estão em permanente processo de recriação. Nossa homenagem hoje a Simone de Beauvoir, expressão maior da luta pela liberdade da mulher.

Marguerite Youssemer, primeira mulher a se tornar membro da Academia Francesa de Letras. Evita Peron, a batalhadora em defesa do trabalhador e do trabalhismo argentino. Rosi Pinheiro Lima, a primeira mulher a conquistar um lugar neste Parlamento. Eunice Michilis, primeira mulher Senadora neste País. Ivete Vargas, primeira Presidente de um Partido Político no Brasil.

As nobres colegas: Deputada Vera Agibert, a que em Russo quer dizer verdadeira; Deputada Irondi Pugliesi, Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina; a Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná, Amélia Hruschka, Deputada e mulher de verdade. A defensora da mulher trabalhadora do campo, neste Parlamento.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Registramos com prazer na indicação do Deputado Antônio Belinati, as presenças dos Senhores Alcides Bispo e Milton Vieira, de Cornélio Procopio.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA- Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

O Dia Internacional da Mulher deve ser um momento de reflexão para todos nós sobre as injustiças sociais que pesam sobre o nosso povo.

Um País tão rico como o nosso. Um País abençoado por Deus, merece ser um País onde as pessoas convivam em paz e harmonia. Onde a justiça social seja um direito de todos os cidadãos.

A mulher está participando efetivamente das mudanças democráticas em nosso País. As mulheres brasileiras, com a sua coragem e o seu trabalho, têm ajudado a construir essa valorosa Nação da qual todos nós nos orgulhamos. Esta terra que é o berço dos nossos filhos não seria a mesma se não contasse com o trabalho destemido da mulher brasileira, porque nós sabemos a cota de sacrifício que cabe a cada uma de nós.

Além de ser esposa, a mulher é a mãe de família, aquela que educa os filhos, e muitas vezes aquela que ainda trabalha pa-

ra ajudar nas despesas do lar. Sendo assim a mulher está sujeita à dupla jornada de trabalho, e no entanto não é remunerada por essa dupla jornada. E como se não bastasse, a mulher do campo não tem direito à aposentadoria - e isso não é um privilégio, mas um direito inalienável.

Desde o ano de 1980 que tenho procurado junto às autoridades federais, corrigir essa distorção na nossa legislação. Reconhecer o direito da mulher do campo à aposentadoria é uma questão de justiça que precisa ser urgentemente resgatada.

A mulher do campo desempenha um trabalho árduo sob todos os aspectos. Além de auxiliar no trabalho da lavoura, ainda é a responsável pela organização do lar, pela criação e educação dos filhos. E todo esse trabalho é feito com enorme paciência e dedicação. Isto é, além de realizar todas essas atividades, longe de executá-las com o sabor da revolta, a mulher trabalha com amor. E por ser o amor a mola mestra de qualquer sociedade de bem, a família brasileira está bem constituída dentro do respeito e da honestidade, frutos diretos do amor com que os nossos cidadãos são educados.

Senhores Deputados. Quando um navio ameaça naufragar os primeiros a serem salvos entre a tripulação são as mulheres e as crianças.

Nós queremos que neste Dia Internacional da Mulher, o reconhecimento ao seu valor e à sua importância, seja um reconhecimento diário, e não apenas nos momentos de naufrágio da vida nacional. Recentemente, um político peruano tentava justificar seu voto em favor dos direitos das mulheres no Parlamento, em Lima, afirmando que "se o País estava naufragando, era necessário salvar primeiramente as mulheres e as crianças", por isso, as leis de proteção à criança e à mulher mereciam maior atenção dos senhores parlamentares.

Eu espero, sinceramente, que a Constituinte que está sendo votada não esqueça dessa lição, Senhores Deputados. Espero, sinceramente, que os nossos colegas Constituintes aprovem a aposentadoria para a mulher do campo, porque essa medida vai beneficiar diretamente a maioria do nosso povo. Vai beneficiar a maioria do povo trabalhador desta terra, e conseqüentemente, vai beneficiar as futuras gerações de brasileiros que encontrarão maior apoio e incentivo no trabalho.

Não tenho dúvidas, Senhores Deputados, que uma medida dessa envergadura trará benefícios também na produtividade da nossa tão sofrida e injustificada agricultura brasileira, porque será uma demonstração de respeito ao trabalhador rural.

A mulher... a mãe de família é aquela que mais sofre ao ver um filho desemprega-

do ou quando empregado, recebendo um salário mínimo insuficiente para a própria sobrevivência. Por isso eu faço do meu pronunciamento, nesta data, um apelo em favor das justíças sociais, para que o nosso povo brasileiro tenha melhores condições de vida, para que os trabalhadores tenham melhores salários, para que a carga tributária seja reduzida para não prejudicar o empresário gerador de empregos, para que os produtos agrícolas tenham preços justos e para que o governo não interfira na economia de forma precipitada, trazendo falsas esperanças ou utopias.

O nosso País é um grande País. O nosso povo é um povo muito valeroso, muito corajoso e trabalhador, por tudo isso é necessário melhorar o nível de vida do nosso povo, porque somente dessa forma construiremos uma nação de homens e mulheres fortes e saudáveis, requisito indispensável para o progresso e a defesa da nossa soberania.

Se perguntarmos a uma mulher do povo nesta data, qual a sua principal preocupação, receberemos como resposta a questão da sobrevivência, o desemprego, o salário injusto. Por isso a nossa preocupação do Dia Internacional da Mulher é com a situação da mulher brasileira. Minha preocupação maior é com a situação do meu povo.

Escreveu certa vez um poeta que "para sermos universais, temos de ser regionalistas". Sendo assim, quando defendemos uma vida melhor para o nosso povo estamos também defendendo a integração do nosso País junto aos padrões sociais dos países mais avançados e evoluídos. Portanto, Senhores Deputados, a questão internacional passa primeiro por uma análise nacional, regionalista. E dentro dessa análise encontramos as necessidades mais imediatas que a sociedade reclama.

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em todo o mundo, é a soma das preocupações distintas das mulheres de cada país. Diferentes realidades, diferentes reivindicações e acima de tudo a lembrança de uma luta travada ao longo dos séculos.

No século XVII a mulher foi proibida de aprender e executar música clássica, jogar xadrez e outros absurdos dessa natureza. O direito ao voto foi uma conquista resultante de campanhas heróicas realizadas por mulheres em Países como Estados Unidos e Inglaterra. Na França, no período da Revolução Francesa, tivemos mais uma vez o exemplo da luta organizada das mulheres na defesa de seus direitos. Na Argélia, durante a ocupação francesa, tivemos o exemplo da resistência da mulher argelina auxiliando os patriotas daquele País que lutavam por libertação. No Líbano de hoje temos o sofrimento da mulher árabe enfrentando os horrores da guerra. Da mes-

ma forma nos territórios árabes ocupados. Da mesma forma no Chile, onde as mulheres formam importantes segmentos da população que dão respaldo, incentivam e organizam o Poder popular para fazerem frente à tirania. E são inúmeros os exemplos a serem lembrados. São inúmeros os exemplos de mulheres valerosas que contribuíram com o seu trabalho e a sua vida pelo bem de seu país, pelo bem de seus familiares. E por ser uma luta universal, temos de reconhecer não apenas os casos destacados aqui, mas é necessário lembrar que em todos os países do mundo as mulheres são participantes atuantes da vida nacional, da construção do progresso, da preservação da família, do respeito às leis e do amor à pátria.

Neste Dia Internacional da Mulher eu peço a Deus que olhe pelas mulheres brasileiras. Peço a Deus que continue a olhar pelo bem do nosso povo, pelo bem de todos os povos do mundo.

Na qualidade de mulher e de mãe compreendo perfeitamente os problemas que as mulheres atravessam e enfrentam no seu dia a dia.

Enquanto Parlamentar, deixo aqui o meu registro de participação na luta em defesa dos direitos da mulher, especialmente da mulher do campo que é um segmento que conheço profundamente, através do meu trabalho junto às comunidades rurais da minha região.

Deixo também o meu testemunho de confiança no futuro deste País, porque conheço a fibra e a coragem da mulher brasileira. E porque a mulher brasileira tem fibra e coragem suficiente é que estamos construindo um País gigante, um Brasil dinâmico que caminha a passos largos para o futuro. (Termina de ler).

Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Senhores servidores inscritos para o Curso Supletivo do 1º e 2º graus, devem se dirigir à Sala 301, ao lado da Presidência.

O Líder Nestor Baptista pede para anotar as presenças ilustres dos Senhores Ariovaldo Carvalho, Presidente do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Maurício Vitor, Diretor Jurídico da Prefeitura de Paranaguá. Sejam bem-vindos!

No Dia Internacional da Mulher e numa homenagem à mulher do Paraná e do Brasil, esta Assembléia, com muito prazer, passa a ser presidida pela Deputada Vera Agibert. Então, esta sessão passa a ser presidida pela Deputada Vera Agibert.

O SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - (Aplausos).

O SR. ALGACY TÚLIO (Questão de Ordem) - Faço um apelo e creio em nome das de-

mais Lideranças, e como a Deputada Irondi Pugliesi vai usar o Grande Expediente, para que invertêssemos o Horário da Liderança para que os demais Partidos prestassem a sua homenagem ao Dia da Mulher e encerraria brilhantemente com o depoimento da Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Fica a critério. Excepcionalmente, então, esta Presidência defere o seu pedido. E no Horário das Lideranças concedo a palavra à Liderança do PMDB.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PDS.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PFL.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Algacy Túlio.

O SR. ALGACY TÚLIO - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossas companheiras que nos dão prazer de suas visitas nesta tarde, neste dia 8 de março, colega Vereadora Rosa Maria Chiamulera, Vereadora do PDT na Câmara Municipal de Curitiba. O PDT também quer trazer a sua homenagem ao dia 8 de março.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: (Lê):

"Usada e abusada.

Palpável, mas ôca.

Amainada para mãe.

Acusada e recusada.

Calada e mal falada.

Alienada e esquecida.

Ordenada e ordenhada.

Solícita e solicitada.

...

Dá a luz e vive escondida.

...

Sem necessidades, só caprichos.

...

Econômica, nada entende de economia.

Domingo, dia do Senhor, não descansa.

O que no homem é estilo, nela é relação.

Não dá tom e dança conforme a música".

Nas incisivas e contundentes palavras da poetisa Alice Ruiz, o retrato de alguém.

Desse alguém, a quem, ironicamente dedica-se o dia que comemoramos hoje.

Ironicamente, porque 08 de março não é o Dia Internacional da Mulher.

Talvez 08 de março seja de alguém. Mas não da mulher, porque da mulher são exata-

mente, os 365 dias do ano.

Hoje elas sairão às ruas e às praças, para falar de liberdade, de poesia, de querer e fazer. De querer fazer.

E as que não saírem, estarão nas escolas e nas fábricas, nas repartições e em todos os lugares, falando de pão e de chão, de arroz e de filhos, de teto, de salário, de letras, de educação, de trabalho, de nós e dos nossos preconceitos.

Talvez muitas não se lembrem hoje nem amanhã, que se passou o dia Internacional da Mulher, mas com certeza elas não esquecerão de acordar cedo, de preparar o café, arrumar as crianças, fazer a marmita, mandar para a escola, acordar o marido, desligar o leite para não derramar, engomar a camisa, ver o botão que caiu, dizer para os filhos que se cuidem, ver o que falta na geladeira, rezar para os seus Deuses pedindo saúde e prosperidade.

Certamente elas não se esquecerão de sair de suas casas e se dirigirem para a alavanca que move essa nação - o trabalho.

É a rotina da segunda, terça, quarta, quinta e da sexta-feira ... Só em dezembro ela notou o vinco no rosto, a marca do tempo. Uma ruga.

É 08 de março e irão comemorar o dia da mulher. É 08 de março e elas irão às praças. E o que nós, homens, iremos fazer?

Ficar calados? Criticar? Tomar posição?

Lembrar da mulher que enfrenta duas e até três jornadas de trabalho diárias. Nas fábricas, nas universidades, escolas aqui na Assembléia e em casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lutar pelos direitos, interesses e igualdade da mulher não é privilégio dos intelectuais, pelo contrário, atrás da cultura de grandes filósofos e personalidades, nas quais os pretensos intelectuais se escudam, escondem-se rancos de hipocrisia e falsidade.

Figurante e inclusive argumento nos discursos de muitos, Rousseau afirmava "Que toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovem, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável - são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância".

Para Xenofonte: "Os Deuses criaram a mulher para as funções domésticas e os homens para todas as outras", recomendava que elas "vivessem sob uma estreita vigilância, vissem o menor número de coisas possíveis, ouvissem o menor número de coisas, e fizessem o menor número de perguntas possível".

Tentavam, portanto, limitar os hori-

zontes da mulher, excluindo-a do mundo do pensamento e do conhecimento humano.

A arte primitiva consistia em esculturas de vênus, mulheres de formas gordas, de quadris e seios avantajados, dando ênfase à função de procriar.

A restrição quanto à participação da mulher no trabalho, ao longo dos anos foi desaparecendo pela necessidade de mão-de-obra no processo agro-industrial e no comércio.

E ainda não é raro depararmos nos classificados dos jornais com anúncios de empregos para secretárias, atendentes e recepcionistas, frisando-se a necessidade de possuir boa aparência.

Tentam substituir competência por beleza cosmética ou reprimir o desenvolvimento e a capacitação da mulher, imprimindo-lhe a obrigação da manutenção da estética.

A mulher conquistou, invadiu o mercado de trabalho, dominou o processo da produção, assenhorou-se das atividades liberais, desincumbem-se com eficiência das mais variadas tarefas que lhes são atribuídas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

A realidade é que, se as mulheres fizerem uma greve por dia. Elas param este País.

Se pararem por 24 horas, de trabalhar, se não comparecem aos seus empregos, se não forem à indústria, ao setor público, à escola, ao comércio, se pararem esta Casa, para neste momento a Assembléia, porque a taquigrafia resolveu parar.

Não são poucas aquelas que já, há muito, estão em posição de direção e comando, inclusive sobre a mão-de-obra e a força intelectual masculina.

A mulher não só está presente nos mais variados campos da sociedade atual, como destacando-se neles: nas artes, na literatura, nas ciências e na tecnologia, na política e na administração pública e privada.

Mas ainda há uma maioria, oprimida, acuada, calada, massificada pelo preconceito, pelo chauvinismo e pela discriminação.

Ignorada política e socialmente. Excluída e não reconhecida.

Explorada, desvalorizada pelos rumos que tomou a sociedade, rumos conduzidos pelas mãos e pelos pensamentos machistas e conservadores.

É preciso que se reconheça o papel e a importância da participação efetiva da mulher nas diversas áreas de decisão, pela igualdade de oportunidades de acesso e permanência à escola e ao trabalho.

Não podemos permitir que as diferenças biológicas se transformem em desigualdades

sociais, sob pena de contribuímos para o impasse e o entrave.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O que pretendemos com nossas humildes palavras, não é homenagear, mas registrar nos anais da Assembléia Legislativa do Paraná, a realidade da mulher.

A mulher, privilegiada pelo Senhor com o dom da procriação, detém, exclusivamente, a função de perpetuar a espécie. A mulher que tem o dom divino de "arrancar" do seu ventre o futuro da humanidade e de alimentar em seu seio esse futuro, tem que estar diariamente ao nosso lado, não só em casa, mas nas ruas, nas indústrias, nas universidades, no setor público, na iniciativa privada e nos parlamentos.

E nós temos a obrigação de colaborar para tornar isso realidade. Por amor às nossas mães, às nossas filhas, irmãs, esposas e companheiras.

Por amor à liberdade e à própria existência temos a obrigação de cerrarmos fileiras com as mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades.

Nesta hora, fazemos despretensioso tributo de gratidão a todas aquelas que pública ou anonimamente contribuem para fazer de nossas necessárias utopias, realidade mais viva e justa.

À camponesa, a "polaca" de quadris avantajados que facilitam o nascimento do "menino", e que no trabalho, derrama sobre a terra fértil o suor que lhe escapa da face, fazendo de suas mãos instrumento do milagre da multiplicação do alimento.

Corada do sol, faz do seu trabalho sua poesia, que faz fantasia seu dia-a-dia.

A negra, que nas suas raízes aprendeu a ser mãe, inclusive sem gerar filhos, amamentando e educando muitos daqueles que lhe negaram o direito à liberdade. Mulher que hoje canta, construindo a nossa história, trabalhando incansavelmente, pela liberdade sua e da sua terra.

As orientais de "olhos rasgados", que imprimam logo nos primeiros anos, no caráter dos pequeninos, o espírito da determinação e coragem para empreender e construir.

Enfim, a todas as mulheres de todas as etnias que fizeram este País, através dos seus gritos, prantos, risos, choro, das suas fantasias, do seu sangue, do seu suor e das suas lágrimas, a nossa admiração e respeito.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

As mulheres, a nossa gratidão, pelo trabalho e pela cooperação na construção desta Nação, mas principalmente, pelas 2 oportunidades que só a mulher pode nos dar: A oportunidade de poder ser filho e a de poder ser Pai.

Obrigado. (Termina de Ler).

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PT, se fará uso da palavra.

Está com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sra. Deputada Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares. (Lê):

Certamente, é justo que pelo menos, um dia nos preocupemos com a mulher trabalhadora, pois em meio a tantas manifestações alusivas à data de hoje, celebrada mundialmente como o Dia Internacional da Mulher. Por isso, não poderíamos deixar de assinalar a nossa posição e a posição do Partido dos Trabalhadores. E nos manifestamos muito à vontade, porque nosso Partido tem um claro compromisso programático com as lutas das mulheres. As mulheres que no PT têm uma prática igualitária ao homem, não têm relegado esforços na luta pelas conquistas das mulheres trabalhadoras.

O Dia Internacional da Mulher é mais do que uma data festiva, deve ser interpretado como um marco na luta das mulheres pela sua libertação. Em cada nação a situação das mulheres se apresenta de forma diversificada. Indiscutivelmente nos países socialistas onde a mulher alcançou maior grau dos seus direitos. Neste sistema a dignidade da mulher tem sido reconhecida e respeitada.

Nos países capitalistas, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde os trabalhadores são objeto de exploração, sobre a mulher esta mesma exploração se dá de forma ainda mais intensa. O Brasil não tem dispensado tratamento mais justo à mulher do que o fazem nos outros países. Em nossa Nação as mulheres continuam sendo discriminadas e agredidas pelas leis espúrias e patriarcais.

A luta das mulheres se dá em dois campos: no campo institucional e no campo do plano cultural. E as mudanças devem acontecer também nestes dois níveis. Entretanto, em todo processo de reformulação institucional, através de uma legislação que contemple os direitos das mulheres, só terá eficácia se vier acompanhado de uma profunda mudança na mentalidade do nosso povo. Esta mudança de mentalidade é um caminho de duas mãos: por um lado somos nós homens que precisamos abandonar nossas concepções machistas e distorcidas e por outro lado são as mulheres que precisam ampliar suas lutas, conscientizando o maior número possível de companheiras, para que a dominação e a submissão não encontrem ressonância na própria consciência feminina. A tão almejada igualdade entre homens e mulheres só poderá ser alcançada

efetivamente através de uma mentalidade verdadeiramente libertária, livre das distorções impostas pela cultura machista largamente cultivada por este Brasil.

Nos preocupam sobremaneira as mudanças que se fazem necessárias no plano institucional, pois acreditamos que a mudança de mentalidade é um processo mais lento, que pode ser fortemente impulsionado pela criação de leis que coibam atos discriminatórios contra a mulher. Não há momento mais propício para a implementação das transformações no plano institucional do que a elaboração da Nova Constituição. Se depender da clareza das propostas encaminhadas pelos movimentos e organizações das mulheres brasileiras, indiscutivelmente a Constituinte não deverá ter dificuldades para discernir quais os principais direitos que as mulheres pretendem ver contemplados no texto da Nova Carta. Entretanto, representadas por uma bancada de apenas 25 constituintes, num plenário que comporta 559 membros, já fica evidenciado o caráter discriminatório da sociedade brasileira.

Relembrando um pouco a nossa história, vamos encontrar a Assembléia Constituinte de 1934 que contou com a participação de apenas uma mulher. Se por um lado, a presença das mulheres na vida política é maior nos dias atuais, fica a certeza de que este crescimento tem sido muito lento e alcançado com muita luta e tenacidade.

Enquanto se dedicam às suas reivindicações específicas, lutando com toda coragem na sua frente de batalha, as mulheres trabalhadoras não se afastam das lutas gerais de toda a classe trabalhadora. Como mães, as mulheres trabalhadoras têm a grandeza suficiente para compreender que o agravamento da crise econômica, a recessão, o desemprego, o arrocho salarial e a perversa elevação do custo de vida não recaem apenas sobre elas, mas desabam de forma avassaladora sobre os lares, desagregando as famílias. A crise social gerada pelo descarrilhamento da economia faz crescer a violência doméstica e os fatores de desagregação familiar, a prostituição, a marginalidade e a criminalidade.

A compreensão desta realidade maior não desmerece as lutas específicas das mulheres trabalhadoras, mas faz realçar com maior intensidade a situação opressiva e discriminatória da sociedade capitalista em que vivemos. O agravamento das condições de vida do povo - consequência direta da política recessiva adotada pelo Governo José Sarney, seguindo as imorais receitas do FMI - compromete as mulheres trabalhadoras com a luta de todos os trabalhadores pelo não pagamento da dívida externa.

Mães trabalhadoras, mas lutadoras, quem melhor do que vocês pode protestar contra tamanha injustiça; entregar nossas

riquezas, gerais com o suor de todos os trabalhadores, enquanto seus filhos passem fome? Quem melhor do que vocês para denunciar a escravização de seus filhos, submetidos a um salário desumano, que não garante sequer a sobrevivência? Quem melhor do que vocês para clamar por uma sociedade justa, igualitária e sadia, onde seus filhos possam crescer felizes, livres para exercer a plenitude da sua dignidade humana?

No Dia Internacional da Mulher queremos empenhar nossa solidariedade, a solidariedade do Partido dos Trabalhadores. Não uma solidariedade passiva e vazia, de quem assiste as lutas das mulheres pelo reconhecimento dos seus direitos, mas uma solidariedade que é traduzida por um compromisso diário e continuado com a libertação das mulheres trabalhadoras. A conquista da libertação da classe trabalhadora, com o fim da exploração inerente ao sistema capitalista, seria uma mais vitória sem o reconhecimento dos direitos da mulher, da sua igualdade.

Não seria necessário repetir aqui a extensa pauta das reivindicações apresentadas pelas mulheres à Constituinte. Queremos apenas destacar os principais direitos que esperamos ver garantidos na Nova Constituição. Entre as principais lutas das mulheres, certamente está o reconhecimento definitivo da sua igualdade, da sua dignidade, que em nada difere do homem, ao contrário realçada pela sua vocação intransferível na sua grandeza, que é a maternidade. Homens e mulheres têm iguais direitos e a discriminação por motivo de raça, cor, sexo, estado civil, religião, convicções políticas e filosóficas será considerada como crime inafiançável; esta é uma reivindicação de diversos segmentos, mas que tem uma importância toda especial para as mulheres.

Outra reivindicação justa e inadiável, que a Constituinte deverá garantir é a igualdade de salário para trabalho igual. Que a mão-de-obra é objeto de exploração imoral neste País, não é novidade para ninguém, como também não é novidade que sobre a mulher a exploração assume um caráter ainda mais perverso. As mulheres trabalhadoras exigem salário-mínimo real e direitos iguais para as operárias, servidoras, agricultoras, empregadas domésticas e diaristas. Mais do que isso, é reivindicação antiga dos movimentos femininos que os trabalhos domésticos sejam considerados atividades economicamente produtivas, contando para efeito de aposentadoria.

Ainda sobre os direitos trabalhistas, as mulheres lutam por uma série de conquistas, muitas delas extensivas a toda classe trabalhadora, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilida-

de no emprego e garantia de salário justo. Não podemos desmerecer o importante papel das mulheres trabalhadoras nas lutas mais gerais, como na questão da reforma agrária e da liberdade irrestrita para as organizações sindicais dos trabalhadores.

Outra distorção legal que as mulheres brasileiras anseiam em ver corrigida o mais urgente possível refere-se ao reconhecimento do princípio da igualdade do casal quanto aos direitos e deveres do cônjuge, bem como em relação aos filhos. Nos recentes encontros promovidos pelo movimento popular das mulheres no Paraná, foram levantadas propostas como a implantação de um sistema único de saúde a nível nacional, aliás, as questões de saúde preocupam sobremaneira as mulheres paranaenses. São compromissos dos movimentos das mulheres trabalhadoras lutar por mais verbas para a saúde e pela criação de comissões populares de saúde que participem da fiscalização do sistema de saúde.

Outra discussão muito atual travada pelas mulheres diz respeito às questões do planejamento familiar e controle da natalidade. As mulheres defendem o direito do casal ao planejamento familiar, sendo atribuído ao Estado o papel de prestar serviços de assistência e informação sobre os métodos anticoncepcionais. As mulheres querem igualmente a participação das entidades representativas da família e da mulher na elaboração de uma política de planejamento familiar. O movimento popular de mulheres tem se manifestado francamente contrário ao controle de natalidade, exigindo do Estado um trabalho educativo, que permita às famílias a opção de um planejamento familiar, com inteira liberdade.

Um último aspecto que merece nossa atenção refere-se à violência contra a mulher. A mulher é atingida por várias formas de violência, a começar pela violência protagonizada pelos meios de comunicação, que agredem a dignidade da mulher através da exploração desenfreada do corpo da mulher na publicidade. Mas a principal forma de violência, contra a qual as entidades femininas têm se manifestado de forma veemente, é a violência física. Diariamente mulheres são violentadas, agredidas, maltratadas e desrespeitadas. A aplicação rigorosa de leis que coibam a violência, bem como o esclarecimento constante para que as mulheres denunciem qualquer ato de violência sofrido por elas, são os caminhos mais imediatos para a solução do problema.

Que o Dia Internacional da Mulher reforce todos os compromissos de luta das mulheres. Nós, do Partido dos Trabalhadores depositamos nas mulheres trabalhadoras parte da responsabilidade pela libertação dos trabalhadores. Os direitos das mulhe-

res não serão plenamente alcançados sem a implantação de um novo sistema, onde todos os trabalhadores sejam respeitados em sua dignidade. Mulher trabalhadora, confiando na luta e unidos nos nossos compromissos, vamos conquistar a sociedade que queremos.

Muito obrigado Sra. Presidente, e Srs. Parlamentares. (Termina de ler).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso de seu Horário.

Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Há pouco perguntava alguém, porque um "Dia Internacional da Mulher", se todos os dias devem ser dedicados à mulher. Nesse raciocínio, realmente poderíamos dizer que sem a participação da mulher em todas as atividades humanas não haveria o necessário equilíbrio para que possamos alcançar objetivos maiores. Em todos os dias, deveriam merecer as mulheres as devidas atenções da sociedade e dos responsáveis pela condução da política social e econômica do município, do Estado e da Nação.

Lamentavelmente porém, ao longo dos anos, observamos que o trabalho da mulher especialmente não tem sido devidamente valorizado. Quantas vezes uma excelente profissional não é devidamente aproveitada segundo as suas potencialidades, porque é pessoa casada, ou porque está na iminência de casar, e há o receio por parte do empregador de que a concessão das licenças previstas em lei, venham prejudicar a economia daquela empresa; e deixando a mesma de receber o impulso que poderia ser proporcionado pela atuação dedicada da mulher.

Muitos são aqueles que, analisando com isenção de ânimo o desempenho da mulher em relação ao desempenho do homem, verificam que há efetivamente uma igualdade em termos de condições no estabelecer metas, conscientização e também no sentido de criar novos caminhos para o desenvolvimento da sociedade.

Quantas vezes as mulheres se destacam mais do que os homens até em determinados empreendimentos, em determinadas ações. Quantas mulheres se destacam na política em geral pelo seu equilíbrio. Quantas pesquisadoras! Lembro-me aqui de médicas de renome que salvaram vidas preciosas pela sua operosidade.

O Partido Liberal Senhoras e Senhores Deputados, em seu programa tem ressaltado a sua admiração pelo trabalho da mulher.

E no desenvolvimento das atividades na Assembleia Nacional Constituinte, que não apenas propôs medidas de reconhecimento ao

valor da mulher, mas que tem dado todo o seu apoio para aprovação de Proposições nesse sentido.

Neste "Dia Internacional da Mulher", não poderia ficar silente nesta Casa. Pretendendo dizer o Partido Liberal que, está inteiramente solidário com todas as Proposições que têm por objetivo assegurar à mulher, rigorosa igualdade de direito na sociedade. E está, o Partido Liberal, conforme o seu programa, disposto a lutar para que a legislação estimule a abertura de creches nos locais de trabalho e em grandes aglomerações sociais, de maneira a dar condições para que a mulher possa efetivamente desenvolver o seu potencial.

Ao cumprimentar as Senhoras Deputadas, lidas representantes da mulher neste Parlamento, quero transmitir os cumprimentos de todos os integrantes do Partido Liberal no Estado do Paraná, desejando que, as aspirações que têm movido as Associações que defendem a condição feminina, possam ser concretizadas, com a participação de todos aqueles que são dotados de uma compreensão da real democracia!

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento).

Ilustre Deputado Ezequias Losso, este aparte que peço a Vossa Excelência neste instante, era para pedir a Vossa Excelência considerar o seu discurso como sendo uma extensão do pensamento da nossa Bancada do Partido da Frente Liberal; da mesma forma, a nossa solidariedade a todas as manifestações feitas dessa tribuna na Assembleia Legislativa, neste "Dia Internacional da Mulher", cujos discursos, com brilhantismo, com inteligência, com sinceridade e com sensibilidade, puderam dizer muito bem do valor da mulher brasileira, da mulher paranaense e da mulher do mundo inteiro!

Assim sendo, nobre Deputado Ezequias Losso, permita Vossa Excelência então, ser incluída a Bancada do Partido da Frente Liberal, na sua saudação oportuna, como o fizeram tantos outros Líderes das demais Bancadas nesta Casa, à mulher que constrói esta grande Nação, para a felicidade do mundo inteiro.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Honra-me, nobre Deputado Basílio Zanusso, o aparte de Vossa Excelência; certamente com mais brilhantismo até do que eu, poderia Vossa Excelência transmitir as opiniões que são comuns, a respeito da mulher, do Partido Liberal e do Partido da Frente Liberal.

O trabalho que tem sido desenvolvido pela eminente Deputada Sandra Cavalcanti do Partido de Vossa Excelência, tem sido notável, tanto é, que, seu Parecer tem si-

do colhido freqüentemente, para que soluções práticas sejam obtidas.

Quero cumprimentar também o Partido de Vossa Excelência como a todos os demais Partidos com representação no Congresso Nacional, com representação na Assembleia Constituinte, pelos avanços que foram alcançados, mercê de uma nova mentalidade que se está criando neste País.

Muito obrigado. (Com revisão do orador):

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Esta Presidência, atendendo a solicitação do Conselho Municipal da Condição Feminina, convida os presentes, em especial as mulheres para participarem do Achê para as mulheres, grande "Show" na Boca Maldita, hoje a partir das 18:00 horas, com as presenças de Lecy Brandão, Norma Benghel, Russa da Vila Izabel, Rosi Greca, Ronaldo, Zezé e Simões, mãe Arminda e grupo de Candôblê.

No Grande Expediente, concedo a palavra à Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Eu quero dizer que ocupo o Horário do Grande Expediente, em nome também da Liderança do meu Partido, PMDB.

Senhora Presidente, Deputada Vera Agibert, Senhora Deputada Amélia Hruschka, Senhores Deputados, Vereadora do PDT, Rosa Maria Chiamurela, companheiros de trabalho nesta Casa, Senhores e Senhoras.

Hoje é dia 08 de março, a data em que se comemora o "Dia Internacional da Mulher". (Lê):

Nós mulheres que estamos comprometidas com a luta pelo fim da discriminação e pela igualdade de direitos, sentimos o quanto esta data é importante, pois foi através da instituição desse dia pela ONU, que principalmente os países do terceiro mundo despertaram para o fato de que a mulher é um ser social discriminado.

Ao tomar essa decisão a organização das Nações Unidas proporcionou condições para que os Países que assinaram esta convenção passassem a desenvolver programas voltados para a mulher.

Desde então, os movimentos e organizações de mulheres se fortaleceram, culminando no Brasil com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Este Conselho está exercendo um importante papel como representante oficial das mulheres brasileiras no Governo, tendo conquistado o seu espaço e o respeito da comunidade nacional, juntamente com os demais conselhos estaduais e municipais.

Neste momento em que profundas mudanças necessitam ser realizadas na estrutura política, social e econômica do País, a

fim de eliminar as desigualdades existentes, os movimentos de mulheres e os conselhos amplamente mobilizados encaminharam através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher propostas que visam incorporar ao texto constitucional seus direitos fundamentais.

A Constituinte serve hoje como demonstrativo de toda a classe política brasileira. As poucas conquistas populares se contrapõem a tendência extremamente conservadora da futura Constituição.

Assistimos a uma contradição sobre o princípio da representatividade. Vemos uma maioria, eleita através do patrocínio de grupos econômicos, compromissados em defender seus interesses e de seus patrocinadores. De outro lado, uma minoria combativa que, independente de partidos defendem intransigentemente os interesses da maioria da população.

Nós mulheres paranaenses brasileiras, manifestamos aqui nossa preocupação no sentido de ampliar nossas conquistas e concretizar a redação desta carta, certidão de nascimento de um novo País. Tivemos já algumas conquistas inegáveis. A nossa união foi a primeira.

As mulheres unidas em torno de propostas e ideais comuns foram capazes de discutir, promover debates e influenciar junto aos constituintes de maneira que seus direitos fossem ampliados de forma a conquistar uma nova sociedade com princípios mais justos. Queremos ressaltar o papel desempenhado pela bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte que independente de partidos vem sabendo conduzir a questão da mulher acima de questões partidárias, demonstrando tão bem como é possível a defesa de reivindicações fundamentais que venham a propiciar a plenitude do Estado de direito democrático.

Queremos aqui ressaltar algumas propostas já aprovadas na Constituinte, que por pequenas que sejam já se constituem num salto qualitativo na relação entre homem e mulher e que significam importantes avanços:

1. Reconhecimento constitucional da profissão do trabalhador doméstico, com garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, embora ainda parcialmente.

2. Proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil.

3. Ampliação da licença gestante remunerada para 120 dias acompanhada da licença paternidade de 8 dias.

Este foi um dos pontos mais polêmicos da Constituinte. E os comentários que nós mulheres estamos a ouvir é que é um absurdo a mulher ficar quatro meses sem trabalhar e ainda mais trinta dias a que ela tem direito como férias. E também é um

abuso o pai ter licença de 8 dias, pois não é necessária a sua presença por mais tempo do que somente um dia. E que, sendo assim, as mulheres hoje ao invés de terem uma conquista ficarão sem mercado de trabalho.

Isto nos soa como ameaça, num momento de transição por que passa o País, onde não só as mulheres são discriminadas mas também as crianças.

Estas mesmas ameaças já serviram no passado como argumento contrário às demais conquistas da classe trabalhadora. É importante analisar que o procedimento de discriminação no trabalho não ocorrerá a partir dessa conquista. Ela existe hoje. Se fôssemos seguir este raciocínio, a conquista de um espaço no mercado de trabalho seria proporcional a negação pela mulher de seus direitos como trabalhadora. Quem discrimina a mulher no trabalho, exige atestado de gravidez para admissão, e demite quando descobre alguma trabalhadora grávida, continuará agindo da mesma maneira até que seja punido com severidade.

É preciso ter principalmente a visão da mulher trabalhadora e não só a mulher da classe média, que tem condições de ser bem assessorada ao ter filhos. Chegou também a hora do pai assumir a responsabilidade de seus próprios filhos. É natural que o pai também possa dividir os problemas domésticos. Ficou cômodo para o pai não ter responsabilidade na educação dos seus filhos ou nem sequer tempo para ouvi-los, porque essa sempre foi uma tarefa "de mulher". Será que o homem também não se entenece ao ver uma criança, esta criança sendo seu próprio filho? Será que não pensa no futuro de seus filhos? Paternidade, até que enfim foi reconhecida como uma função social. A preservação da continuação da espécie é condição primeira para se pensar no futuro. Um país para ser um grande país necessita investir em seus cidadãos, porque são estes que fazem a sua grandera.

A aprovação desta proposta é o reconhecimento que o Estado necessita e deve contribuir para o bem-estar de seu cidadão-criança. É reconhecendo que somos todos partícipes, que todos somos responsáveis pelo desenvolvimento das crianças brasileiras que vamos efetivamente reverter um quadro que vem se agravando dia-a-dia. E principalmente vem afirmar que o filho é resultado da união homem-mulher, reformulando um conceito cultural que atribui tão somente à mulher a responsabilidade pela criança.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas:

Estão no texto da comissão de sistematização, propostas que deverão ainda ser aprovadas. As mulheres do Paraná juntamen-

te com as demais organizações estão empenhadas em vê-las aprovadas.

São elas:

1. Direito a posse da terra, independentemente do estado civil, ao homem e à mulher ou a ambos.

2. Reconhecimento do direito dos benefícios previdenciários decorrente da contribuição da esposa ou companheira ao marido ou companheiro.

3. Aposentadoria para a dona de casa.

4. Não limitação do número de dissoluções do vínculo conjugal.

5. Garantia de mecanismo que coíba a violência doméstica.

6. Garantia de igualdade de direitos a todos os filhos, independentemente da condição de nascimento, inclusive aos adotivos.

7. Garantia de liberdade de decisão, exclusivamente de quaisquer medidas coercitivas por parte do estado ou de entidades privadas.

8. Educação gratuita em creches e pré-escolar para crianças de 0 a 6 anos.

E mais, existem as reivindicações que são fundamentais incluir nas próximas votações:

- Reconhecimento da família constituída pela união de fato,

- Direitos à aposentadoria para a mulher aos 25 anos de tempo de serviço sem limite de idade, pela sua dupla jornada de trabalho.

- Igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges,

- Extensão da licença gestante à trabalhadora rural.

Senhores Deputados, Deputadas, Companheiras:

Rejeitamos qualquer emenda que tenha no seu enunciado a defesa do "direito à vida desde a concepção", ao mesmo tempo em que queremos fazer aqui uma afirmativa. Não somos a favor do aborto! E perguntamos: o que fazer com os 3 milhões de abortos que ocorrem anualmente no Brasil?

Não temos a solução de pronto. Pois isto, não ocorre somente no Brasil. No mundo são efetuados 54 milhões de abortos anualmente, sendo que 100 mil mães morrem em consequência deles. Este é um número aproximado, pois muitas mortes deixam de ser registradas como resultante da prática do aborto, visto os preconceitos até mesmo moralistas existentes que inibem uma discussão aprofundada sobre o assunto.

Temos consciência que todo o País deve participar dessa discussão e principalmente as mulheres, pois este é um problema social. Se não temos uma fórmula eficiente e atual para solucionar esse grande problema, não será da forma proposta por alguns constituintes que teremos a solução mágica. Porque o enunciado que proíbe pura

e simplesmente o aborto com a defesa do "direito à vida desde a concepção" também o não resolverá. Tais emendas significam um retrocesso diante da legislação vigente, pois penalizam até mesmo o aborto admitido hoje pelo código penal, ou seja, nos casos de estupro e risco de vida para a mãe. E ainda temos problemas a resolver quando por exemplo, o próprio médico receita à mãe gestante medicamentos, como o caso da talidomida, que causam defeitos ao feto.

Entendemos pois, que tais questões devam ser objeto de Lei especial, devido a sua complexidade. E a ausência de debates de todos os setores interessados. Sabemos que o direito da mulher decidir pelo seu próprio corpo passa efetivamente pela implantação de um programa de saúde que orienta a mulher em todas as fases de sua vida. E, o que é mais importante: Não conseguiremos resolver o problema do aborto, da violência crescente, do analfabetismo, se não transformarmos o sistema social que aí está.

E poderia ser diferente. O que vivemos hoje é fruto das decisões do ontem. As reivindicações das mulheres estão estritamente ligadas a nossa realidade política. A desesperança do povo brasileiro em alguma saída institucional da situação de caos político, sócio-econômico, é crescente. As mudanças tão apregoadas não saíram do papel. A ida ao colégio eleitoral foi um erro sim, e o preço está sendo pago agora.

É necessário relembrar os erros para acertar no futuro.

A Nova República, tão badalada nos meios de comunicação, nas bocas da classe dominante do nosso País, como já prevíamos, não conseguiu resolver nenhum dos nossos problemas, pior ainda, agravou-se em muito o quadro geral.

Vemos a falta de consciência da classe política brasileira sobre princípios básicos como a de que a cada ação equivale uma reação e assim por diante com o destino da Nação não se brinca, nem se pode errar. Estão em jogo vidas humanas. Sim, porque no Brasil, mesmo que o trabalhador enfrente uma jornada máxima de trabalho que o ser humano possa suportar, o resultado será de que não dá nem para colocar o pão na boca dos filhos. O povo brasileiro torna-se cada dia mais descrente de qualquer saída institucional.

Nesse momento, a palavra de ordem continua sendo a realização de eleições diretas para Presidente da República já, condição indispensável para a verdadeira transição. O governo brasileiro hoje é uma ditadura reciclada. O povo continua ausente das decisões. Se um presidente eleito pelo povo restituirá a credibilidade popular. É necessário resgatar nossa indepen-

dência como nação livre e soberana. Urge o fim do arrocho salarial, do entreguismo, da corrupção generalizada e principalmente da repressão aos movimentos populares que têm ceifado vidas e restringido as liberdades democráticas. Quando falamos da realidade, não há meias verdades.

As mulheres trabalhadoras brasileiras, em esmagadora maioria, sentem o mesmo que seus companheiros. No fim do mês, é a miséria que se intitula salário, que deve ser distribuída para educação, saúde, alimentação, moradia, etc. Dá um nó na garganta quando vemos que em nosso País se trabalha cada vez mais e se recebe cada vez menos.

Nós mulheres nos preocupamos, sim. Estão em jogo o destino de nossos filhos. Lutamos para tornar realidade a felicidade que todos sonhamos e temos direito.

No Paraná, vivemos também tempos difíceis. Nosso povo de mãos calejadas, marca registrada de trabalho incansável, também exige mudanças imediatas.

Senhoras e Senhores Deputados:

Companheiras.

Ao romper a barreira para um novo século as mulheres paranaenses conclamam os futuros Constituintes do Paraná a participarem do advento desse novo milênio quando estaremos vivendo o nascimento de uma nova sociedade e de uma nova mulher.

Reafirmando nossa fé em um futuro melhor, queremos fazer nossas as palavras de Cora Coralina:

"Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou
ensinou amar a vida
não desistir da luta.
E ser otimista.

Creio numa forma imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal

Creio nos valores humanos
e na superação dos erros
e angústias do presente.

Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio numa profilaxia futura
dos vícios e violência do presente.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Srs. Deputados.
Sobre a mesa, projeto de resolução de

autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 280/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS e outros, que declara de Utilidade Pública a ORDEM AUXILIADORA DE SENHORAS, DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CASTRO, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 266/84, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GABRIEL MANOEL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 287/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina "Rodovia Tancredo Neves", o acesso de ligação entre o Município de Marialva e o Distrito de Aquidabã, passando pelo Distrito de São Miguel do Cambuí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 312/87, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Peço registrar o meu voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Esta Presidência registra o seu voto.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 339/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO DE SEGREDO, com sede na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 090/87, (Mensagem n. 112/87, ex-Proposição n. 91/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 366/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que ratifica os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do rio Saci e Itambê, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.R.A., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 142, de 27.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 366/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, teve Emenda Aditiva de Plenário, visando ratificação de marcos divisórios implantados pelo ITCF, entre os Municípios de Apucarana e Arapongas.

Pela documentação apresentada, o ITCF fez pronunciamento técnico sobre o assunto para que ficasse esclarecido as divisas já sacramentadas em lei, em resposta a requerimento aprovado pelo douto Plenário.

Esta Comissão, chamada a opinar, não vê qualquer impedimento que obste a aprovação da matéria, tendo em vista o sentido de solucionar de uma vez por todas quaisquer dúvidas com relação a tais divisas.

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei apresentado em Plenário, através deste Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA Projeto de Lei n. 366/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, visa rati-

ficar os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambê, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme parecer do ITCF, em anexo.

Esta proposição tem como objetivo, desfazer dúvidas existentes nas Comunidades de Arapongas e Apucarana, no que tange as divisas que circundam seus territórios.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
DAVID CHERIEGATE - Relator

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final dos projetos aprovados em 3.^a Discussão, que não tenham sofrido emendas em sua tramitação, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Embaixador do Líbano no Brasil, visando a criação do Consulado do referido País, no Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Colorado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Presidente do BANESTADO, pela inauguração de mais uma agência daquela instituição financeira, no Município de Tatupé - Estado de São Paulo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretários do Trabalho e Ação Social e da Saúde, visando o fornecimento de uma ambulância para atendimento ao setor de saúde do Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente do SBT, cumprimentando-o pela tese de divulgação entre 8,00 e 8,30 horas, em todas as emissoras de TV, do noticiário informativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do Jornal "Gazeta do Povo", enviando cópia de requerimento pelas memoráveis campanhas encetadas para a conscientização da sociedade paranaense, na luta pela conquista do pagamento dos "royalties", pela União, aos Estados e Municípios que tiveram parte de suas áreas inundadas pela construção de Usinas Hidroelétricas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Tapira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo apoio às reivindicações dos criadores de suínos e aves do Estado. **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Por gentileza, gostaria de conhecer o teor do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) A 1.^a Secretária procederá a leitura do requerimento.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA - (Amélia Hruschka) Lê o requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Muito obrigado, Senhora 1.^a Secretária.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Continua em discussão; em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Floresta. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Educação e Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo a criação de curso de 2.^o grau noturno, nas dependências da Escola Municipal Julia Amaral Di Lenna, localizada no Conjunto Habitacional Santa Efigênia, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Ourizona. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, visando a promoção de uma campanha de conscientização aos pecuaristas da importância da vacinação contra a febre aftosa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Presidente Castelo Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários de Estado da Saúde e da Administração, encarecendo a criação e implantação, em convênios com as prefeituras dos principais municípios paranaenses, de um sistema especial de coleta de lixo hospitalar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Atalaia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro e Secretário de Estado da Saúde, visando maior atenção ao elevado índice de mortalidade infantil que assola o País. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando a inclusão no Projeto Gralha Azul, do Município de Flórida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, visando maior atenção na solicitação de um reajuste nas custas dos serventuários da Justiça do Estado. **Em votação.**

O SR. EIMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 25º aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular", desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a destinação de uma viatura policial para a delegacia de Polícia do Município de Japira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Diretoria eleita e empossada do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Grupo Fedato, pela passagem do 22º ano de participação no mercado esportivo paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 10º aniversário de fundação do Departamento de Projetos e Produtos Especiais - DPPE, da Schrader Bellows/Parquer/Pneumatic. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao novo Bispo Auxiliar de Curitiba, Dom Moacyr José Vitti. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um laboratório de análises clínicas equipado com aparelhos de Raio-X, no Município de Guaraniáçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Posto de Serviço na localidade de Belarmino, Município de Guaraniáçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, visando a criação e implantação de uma subagência de rendas no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a criação e implantação de uma subdelegacia de polícia no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Regional do Paraná da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, visando a implantação de uma subagência da mesma, no Distrito de Iracema, Município de Formosa do Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia Internacional da Mulher". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia Internacional da Mulher". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal do Brasil, sob o título "Escola de Ditadores". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo um programa de emergência para solucionar os problemas causados pela falta de salas de aula na rede de escolas estaduais, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o fim das demissões imotivadas e a imediata reintegração dos demitidos sem justa

causa. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar)

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli por dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Apresentei este requerimento em data de ontem que foi motivo de polêmica na sessão, pedindo que este Plenário se manifestasse a fim de cessar uma das maiores injustiças cometidas pelo Governo do Estado do Paraná, desde que assumiu: as demissões sem motivo. No entanto, é preciso retomarmos a história. Durante os meses de janeiro e fevereiro o Governo Estadual viu-se acuado para tentar explicar as volumosas demissões feitas, puramente por perseguição política. Primeiro o Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, alegou que não havia qualquer conotação política nas demissões, conforme declaração sua publicada na "Folha de Londrina" no dia 14 de janeiro, quando ele mesmo afirma terem essas demissões caráter puramente administrativo.

No passado, percebemos que o PMDB, Partido que governa desde as Câmaras Municipais até em Brasília, era democrático. Era, é lógico! Quando haviam demissões o PMDB pregava os inquéritos administrativos para apurar os culpados. Os Anais deste Poder estão cheios de provas disto. Chegando ao Poder, porém, este mesmo PMDB mudou e o seu representante o Governador Álvaro Dias foi à televisão num programa - "A palavra é sua", dizer que a ACARPA é um órgão corrupto e que os demitidos também são corruptos. Já faz um mês que o Governador falou isso. Cadê as provas? Quanto vale a palavra do Senhor Governador do Estado?

O Governador mostrou o quanto a sua falácia é inócua o quanto ele vive de mentiras ditas nos meios de comunicação e espalhadas por aí. Como provar a corrupção dos demitidos se não existe nenhum inquérito administrativo ou anotação nas suas fichas de avaliação que desabonem os demitidos sem justa causa?

Por que será que o Governador e o Secretário não montaram um inquérito administrativo para provar a corrupção dos demitidos? Por que será Senhor Presidente e Senhores Deputados? Por que será que o Governo prefere a ditadura, a mentira, a calúnia ao invés da verdade, transparecida por um inquérito com provas?

Por que querem esconder que as demissões eram puramente perseguição política? O Governo queria esconder, mas eis que vem a esta Casa o Líder do Governo, no dia de

ontem, e diz que os demitidos faziam campanha para o PT e por esse motivo eles foram demitidos.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais uma calúnia. Se isso fosse verdade certamente a esses funcionários não caberia a demissão, pois deveriam ser demitidos com justa causa e por que não foram, Senhor Presidente, Senhores Deputados? É porque a cada dia há uma nova calúnia, uma nova mentira. E agora, o Líder, Senhor Deputado Nestor Baptista, representa a calúnia, a mentira nesta Casa.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhora Presidente, está sendo usado o meu nome pelo Deputado Pedro Tonelli na tribuna. Não tivesse feito menção do nosso nome, não usaria da palavra. Apenas para dizer que ouvimos quando tachou a entrevista do Senhor Governador, há dias atrás, de mentirosa.

Gostaríamos de dizer que reiteramos o que falamos, que mentiroso é o Senhor Pedro Tonelli. É um laçao que está dentro desta Casa, que fala mentiras deslavadas, calúnias despreparadas porque é um mero leitor de jornalista, e não sabemos se são realmente jornalistas que trabalham no seu gabinete.

Então, mentiroso é Vossa Excelência. Falácia, é de Vossa Excelência. E nós não vamos admitir, Senhora Presidente, que um mentiroso continue atacando a Bancada do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acho que não merece nem comentários a atuação de um Governo que se diz responsável pelo desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná.

No entanto, reafirmo aqui e desafio o Senhor Nestor Baptista, Líder do Governo, desafio o Secretário de Estado da Agricultura, e desafio o Governador do Estado do Paraná que se eles tiverem capacidade que apresentem o inquérito administrativo, as fichas funcionais de todos os últimos demitidos no IPARDES, na ACARPA. E provem para este Parlamento. Daí, sim, eu quero ser o primeiro a bater palmas, porque este é um Governo honesto, um Governo sincero, moralizador, que pune os culpados, que pune aqueles que não trabalham.

Esse é o desafio que eu quero deixar registrado aqui na tribuna para que seja colocado à apreciação da Presidência, da Mesa Executiva e de todos os Parlamentares que compõem esta sessão de hoje. Caso contrário, quem será mentiroso? As palavras de baixo calão pronunciadas pelo Líder do

Governo, que é o autor destas afirmações, acho que este Parlamento não merece ouvir. Portanto, deixo aqui registrado e solicito a todos os Parlamentares desta Casa a aprovação deste requerimento, a bem da verdade, a bem da justiça, a bem da transparência e a bem daquilo que todos os paranaenses têm dúvida, hoje, que é a posição do Governo do Estado do Paraná, a sua aparência e a sua verdade. Seria importante para este Parlamento, que é órgão que, além de legislar também fiscaliza os atos do Executivo, pois nós temos, por dever, que manifestar a nossa vontade junto ao Governador, ao Secretário da Agricultura, que tão autoritariamente está cometendo injustiça com aqueles que trabalharam doze, dezesseis, quinze, oito, nove, dez anos para o serviço público e para o povo do Paraná.

Gostaria também de dizer mais: se o PMDB diz que está moralizando, que está impondo uma reforma administrativa com bases necessárias para enxugar, para reduzir gastos indesejosos ou coisa assim, o PMDB no Paraná já está no Poder e já teve José Richa, teve João Elísio. Os demitidos, a maioria, já vêm dos velhos tempos, que estavam na ACARPA e no IPARDES. O que é que está acontecendo quando só agora, somente agora, foram demitidos da ACARPA?

Portanto, eu defendo a posição dos trabalhadores, não de todos, mas daqueles que não têm motivo justificado. Aqueles que foram demitidos com motivo, após a avaliação e no inquérito administrativo, muito bem. Mas, aqueles que foram demitidos sumariamente, por perseguição política, fica aqui o nosso protesto e o nosso apelo, para que esta Casa apele para que cessem e que sejam reintegrados ao trabalho que eles sempre souberam fazer.

Muito obrigado, Senhora Presidente e Senhores Deputados.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Continua em votação o requerimento do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Para encaminhar) Sra. Presidente, ainda no dia de ontem nós usávamos este microfone para dizer das mentiras que o Deputado Pedro Tonelli está a dirigir a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias e a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias.

Eu perguntaria a este Deputado: se ele tivesse uma empresa e esta empresa fosse pública, quando prega tanto trabalho, disciplina, iria suportar pessoas que não estão trabalhando, mas tumultuando o bom andamento das instituições paranaenses e de maneira que nós, não apenas como Parlamen-

tares do PMDB, mas como cidadãos paranaenses iríamos aceitar se a sociedade está a cobrar de nós? Nós não queremos "bagunçar o coreto". E o Governador Álvaro Dias tem dado provas de competência, de probidade, administrando seriamente os recursos públicos dos paranaenses. De maneira que nós não podemos concordar com as afirmativas do Senhor Deputado...

O Sr. Pedro Tonelli (Pela Ordem) - Senhor Deputado... (Pela Ordem)...

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - ...Este Deputado quer tumultuar este Plenário. Eu não vou dar a palavra, a não ser que o Deputado cite o artigo. (Conversas paralelas).

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) - Senhora Presidente.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Qual o artigo?

O Sr. Pedro Tonelli - Sua Excelência não é o Presidente. Eu estou me dirigindo para a Presidente.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Mas eu é quem estou com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Pela Ordem, está com a palavra o Deputado Pedro Tonelli. (Conversas paralelas).

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) - Só para registrar, Senhora Presidente e Senhores Deputados, que o Estado do Paraná não é uma empresa. O Governador não é um banqueiro... (conversas paralelas).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua com a palavra o Deputado que está encaminhando a votação.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Não se trata de questão de ordem. É que nós somos empresários públicos. É uma empresa, sim Senhor. E nós não vamos admitir. A Liderança do Governo, através do Deputado Nestor Baptista, os trinta e sete Deputados que compõem a Bancada do PMDB, nós não vamos admitir que uma única pessoa tente desvirtuar o bom Governo que Álvaro Dias está fazendo. O Senhor não lidera nem o seu Partido. O Senhor queria infiltrar elementos dentro da ACARPA para tentar tumultuar o funcionamento daquele órgão. O Senhor Secretário nada mais fez do que pôr ordem na Casa e se governa uma Casa, se governa uma empresa com pulso firme. Nós precisamos neste Brasil, de gerenciamento, de patrão e não de gente "capacho".

O Sr. Pedro Tonelli - Não é empresa, é um

Estado público.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhores, era isso o que eu tinha a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua em votação o requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Alexandre Ceranto - (Para encaminhar).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhora Presidente, Senhores Deputados, eu ouvi as palavras do Deputado Pedro Tonelli, admiro muito o caro Deputado e aos amigos quando dirigia as palavras ao Senhor Governador.

Como empresário, eu acredito, pela maneira como o Secretário agiu, agiu corretamente. O que não pode é uma empresa pública permanecer com pessoas que não produzem, que não trabalham pelo nosso Estado. Parabéns pela atitude de Sua Excelência o Senhor Governador e também pelo seu Secretário. Tem que ser assim: homens que não produzem, tire-os do caminho. Tem que ser assim. Essas são as minhas palavras.

O Sr. Pedro Tonelli - Onde estão as provas de que eles não produzem? Quero ver as suas fichas e o inquérito administrativo.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - As provas vêm depois, mas eu acredito que agiram corretamente.

O Sr. Pedro Tonelli - Tem que ver antes de demitir e não depois.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Não, Deputado Pedro Tonelli. Por favor, vamos trabalhar, com seriedade e como disse o Secretário, vamos colocar as pessoas nos seus devidos lugares. Não ficar atrás de gabinetes, de suas poltronas e não querendo ir para o campo trabalhar. Tem que prestar serviço nas lavouras. Isso é o que foi contratado. Aqueles que não forem para o campo têm que ser demitidos mesmo, senão, não conseguiremos corrigir o Estado do Paraná. Foi muito bem colocado o nosso amigo Deputado. Por favor, o Senhor tem que entender a situação do Senhor Secretário de Estado.

Vamos apoiar as suas atitudes corretas, vamos corrigir o Estado do Paraná. É assim que deveremos fazer.

Muito obrigado, Senhora Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar).

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Apenas para registrar que a minha assinatura consta no requerimento do Deputado Pedro Tonelli.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Está feito o registro.

Para encaminhar, está com a palavra, o Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu gostaria de fazer aqui, não isoladamente, uma defesa pura e simples do Senhor Secretário da Agricultura ou do Senhor Governador do Estado. Eu acho que nós deveríamos fazer um balanço do que realmente vem sendo implantado dentro do Estado do Paraná, dentro da área que está direta ou indiretamente ligada à ACARPA, que é o órgão de assistência técnica.

O que na verdade se quis fazer na ACARPA é que deixa o Deputado Pedro Tonelli irritado, como também deixa irritado os setores que queiram transformar o órgão em um órgão de defesa de um programa partidário, político, um órgão de discussão meramente ideológico das questões políticas, do relacionamento da terra e do trabalhador da terra e o que houve foi uma separação.

Se nós quisermos discutir ideologicamente os problemas da terra, nós temos que tratar disso em Seminários, em Encontros e especialmente, e principalmente, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que é uma Casa política ou nos partidos políticos. O que nós não podemos admitir, é que um órgão que deva dar assistência técnica e o apoio técnico ao pequeno, ao médio e ao grande produtor do Estado do Paraná, venha a se desvirtuar, caminhando por um caminho, que não é o da administração e do serviço público.

E nesta questão do gerenciamento e da administração pública, compete ao Secretário e ao Governador dar a linha política para que aqueles que estão dentro da administração direta ou indireta do Estado possam caminhar.

O Secretário de Estado, está implantando programas de irrigação, de drenagem, e manejo de solo, de micro bacias, de tração animal, que já vêm desde o Secretário anterior, e no entanto, vinha recebendo críticas e não vinha recebendo apoio suficiente dos técnicos, para que esses programas, realmente deslanchassem e se fizessem cumprir os seus objetivos.

O Secretário então entendeu, que era necessário fazer algumas alterações, e ele precisava administrar aquele setor, que estava alheio ao serviço público que deve-

ria fazer.

Então, algumas demissões, e cortes foram feitos, exatamente na área daqueles que não querem sujar os pés, que não querem ir ao campo, que não querem ir à terra e discutir os problemas da terra.

Nós temos uma posição, com relação aos programas de Reforma Agrária. Os técnicos estavam querendo discutir a reforma agrária, apenas pelo lado ideológico. Quando nós, o Secretário e o Governador, estávamos tentando, e continuamos tentando, mostrar ao Paraná, que a reforma agrária não é apenas uma questão ideológica de esquerda, mas que deve ser implantada inclusive, como um instrumento de defesa do próprio capitalista, e é por aí que se viabiliza a reforma agrária. E os técnicos que o Senhor Pedro Tonelli defende, está querendo assumir a paternidade das demissões ou da manutenção dos mesmos dentro da ACARPA, estavam a se contrapor a esse programa e a essa orientação do Governo, que o Governador e o Secretário da Agricultura estabeleceram.

Então, foi por esse caminho que o Governador e o Secretário da Agricultura pediram que se andasse. Quem quis andar na contramão, fora do caminho, é evidente, que tem que procurar outra orientação ou tem que esperar um novo tempo, para ir sob a orientação daquele que vier no futuro, andar e caminhar. O caminho quem direciona é o Governador. O caminho é este, não é aquele que eles querem seguir. Se eles estavam caminhando por um caminho que não era o do entendimento do Governador, não resta outra medida a não ser a exoneração.

Faz-se assim nas escolas, quando as crianças que fazem muita traquinagem não obedecem aos professores e desobedecem às orientações dos professores. É assim no serviço de catequese das igrejas, no serviço público e também nas empresas. Isto não é novidade, pois o gerenciamento tem que ser realmente executado e as ordens devem ser cumpridas. Descumpriu, tem que procurar outro Senhor, porque no momento, quem Governa o Paraná é o Governador Álvaro Dias, e ele quem vai dar a orientação e não alguns técnicos que gostariam de estar governando o Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Embora tenha que dar razão às afirmações, queria ver isso comprovado no inquérito administrativo escrito...

(Tumulto).

O SR. SABINO CAMPOS (Para Encaminhar) - Nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Para

encaminhar, está com a palavra o Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Não poderia deixar de me manifestar em relação ao que disse o nobre colega, que sempre levanta inverdades contra o setor da agricultura do Estado do Paraná, Deputado Pedro Tonelli, quando usa a palavra neste Plenário.

Ele também tem que lembrar algumas coisas que aconteceram nesse episódio, quando foram articulados, inclusive, pelos próprios funcionários da ACARPA demitidos, o seqüestro de dois funcionários no Sudoeste do Estado, para que os mesmos fossem readmitidos.

Não podemos conceber nobre Deputado Pedro Tonelli e temos que conhecer as coisas. O Deputado Domingos Scarpellini levantou a questão muito bem. Existe uma política de Governo a ser cumprida e vai ser cumprida queiram ou não queiram os ideólogos do seu Partido que querem o caos neste Estado. Ela será cumprida e acho que todo mundo tem o direito de defender a sua ideologia, mas não tem o direito de bagunçar uma diretriz de trabalho de um Governo sério. Um Governo que vem ao encontro dos interesses do meio rural.

Portanto, não concordo com as afirmações feitas aqui pelo Deputado Pedro Tonelli e, no momento certo, será respondido na tribuna por este Deputado que lhes fala, porque não podemos entender que mesmo nessa situação, como diz Vossa Excelência, que quer ver documentos de um inquérito administrativo da demissão desses funcionários da ACARPA.

Eu pergunto à minha Associação dos Engenheiros Agrônomos, onde está a consulta feita aos associados da Associação dos Engenheiros Agrônomos quando foi expulso daquela Associação, o Secretário da Agricultura do Paraná.

No núcleo ao qual eu pertencço fui Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro. Foi uma decisão única e exclusiva do Presidente como foi em todo Paraná.

Portanto, não pode Vossa Excelência num acerto feito 5 dias antes da reunião do Conselho Normativo dos Engenheiros Agrônomos, por ideólogos do seu partido o de articular a expulsão do então Secretário da Agricultura da Associação dos Engenheiros Agrônomos, sem ouvir, sem discutir, sem saber dentro da Associação.

São dois pesos e duas medidas. O que o Governo faz, Vossa Excelência acha errado; o que o seu partido faz, Vossa Excelência, acha certo.

Portanto, não concordo e será respondido no momento certo aqui da tribuna por este Deputado que está falando.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Esta Presidência defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Esta Presidência defere e irá proceder à chamada nominal.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA (Amélia Hruschka) - Procede a chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu declino da re-chamada porque já foi verificada existência de quorum.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Havendo declinado da chamada nominal, vamos proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Sete Senhores Deputados aprovam e vinte e dois rejeitam. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - A bem da verdade é bom que se registre que votaram a favor deste requerimento os Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Villela, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Antônio Belinati e Pedro Tonelli, o autor. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Está registrado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo" intitulado "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe". Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no Jornal "Gazeta do Povo", intitulado "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe". Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo interfira junto ao Governo Federal, no sentido de não cometer a imprudência de congelar a URP, como vem sendo insistentemente alardeado por setores da área econômica. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para Encaminhar.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem- Por gentileza, qual é o teor do Requerimento, Senhora Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- A Senhora 1.ª Secretária lerá o teor do Requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Declino, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhora Deputada, Presidente desta Sessão, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. Este meu requerimento visa sensibilizar Sua Excelência o Governador do Estado, para que ele também procure interferir junto ao Governo Federal, para que o mesmo não cometa a imprudência de congelar a URP, como vem sendo insistentemente alardeado por setores da área econômica.

Este meu requerimento justifica-se, pelo seguinte: está respaldado o Governo Estadual por ter suas bases junto à população e por esse motivo tem a obrigação de traduzir os anseios que se erguem como um grande clamor do meio desse povo, defendendo-o contra as injustiças que possam advir da dilapidação do seu patrimônio e dos seus ganhos. Este clamor que vem sendo sentido diariamente pelas manifestações de entidades ligadas à população trabalhadora que ameaça a paralisação total de trabalho, traduz por si só a necessidade da intervenção do Governo do Estado para com o Governo Federal, para que encontre novas fórmulas para garantir ao trabalhador a correção justa do seu salário que vem sendo corroído pela inflação que causa elevado índice de aumento no preço final do produto a ser consumido.

A Unidade de Referência de Preços, é a média da inflação do trimestre anterior, que deve servir de base para os aumentos salariais do trimestre seguinte: dezembro, janeiro e fevereiro, 9,19% Março 16,2% e que deverá ser nesse item.

O Governo do Estado ainda não deu aos funcionários públicos da administração direta a URP de fevereiro, de 9,19% e já teria que estar dando também a de março, de 16,2%

O governo deu a URP de fevereiro somente para os professores, e aí se pergunta: Será que é porque esta categoria tem mobilização para organizar greves? É mais do que merecido este aumento para os professores, mas serão os outros servidores, funcionários de segunda classe, que não merecem a mesma distinção por parte do Senhor Governador? Se a desculpa for a conjuntura nacional e do péssimo Governo da Nova República, queremos lembrar que o PMDB é Governo também a nível federal. É o plano econômico do PMDB feito por economistas do PMDB que está sendo empregado. Lembramos também que o governo de Alvaro Dias sempre foi um ardoroso defensor dos cinco anos para este desgoverno que está aí, do Senhor José Sarney.

A inflação de fevereiro foi de 17,96%. O acumulado dos dois primeiros meses do ano já soma o absurdo de 37,44%, e nos últimos 12 meses a inflação alcançou o espantoso e astronômico percentual de 381,13%. Isto representa um recorde histórico.

De Pedro Álvares Cabral a José Sarney, nunca o País passou por tamanha crise econômica e teve tal índice de inflação. Em 1964, o Governo do Senhor João Goulart caiu porque a inflação chegava a 80% ao ano.

Não existem fatores externos que estejam pressionando para que tenhamos estes índices. Não há crise internacional de petróleo! Não há grandes aumentos nas taxas de juros externos. Internamente o País não passou por nenhuma Guerra Civil.

Por que então tão alarmantes índices?

Seria pura incompetência desse Governo que está aí? Estão nos levando para o caos econômico e social! Os aluguéis anuais terão reajuste de 352%; os semestrais, de 104%, as mensalidades escolares dispararam; o custo de vida tem aumentado diariamente, é só conferir nas prateleiras dos supermercados.

O povo está desesperançado!

Só eleições diretas e livres poderão devolver a esperança para este povo que anseia por um Presidente eleito por votos e não, por infecção hospitalar.

Por isso, faço este apelo aqui, com objetivo de que este meu Requerimento, que na verdade traduz o anseio de toda a população paranaense e da população brasileira, sensibilize o Senhor Governador Alvaro Dias, no sentido de se evitar o congelamento da URP.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua em votação o requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio; Em votação; Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Ordem dos Advogados do Brasil- Seção do Paraná, encarecendo seja patrocinado medida judicial para coibir a cobrança das parcelas do IPTU em OTN, arbitrariamente fixada pela Prefeitura Municipal desta Capital. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA- Pela Ordem.

Senhora Presidente, solicito verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Esta Presidência defere.

Será procedida à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

Vinte e oito Senhores Deputados Rejeitam; 04 Senhores Deputados Aprovam; Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA- Pela Ordem.

Senhora Presidente, gostaria de mencionar que este Deputado é favorável ao requerimento, bem como o Senhor Deputado Algaci Túlio da Bancada do PDT e que ficasse registrado porque Vossa Excelência anunciou 04? Eu não vi exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Esta Presidência informa que, quando da votação, os Senhores Deputados se omitiram.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Não Excelência.

Vossa Excelência anunciou o resultado antes.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- É matéria vencida.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Matéria vencida.

O SR. VALDERI MENDES VILELA- Pela Ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Matéria Vencida!

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

Eu queria registrar o meu voto favorável ao requerimento rejeitado, de autoria do Deputado Algaci Túlio.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Será anotado.

Em votação requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio. Com sua discussão adiada.

(Lê o teor do requerimento).

Em votação o Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO -Para encaminhar a votação.

Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Sei que a Bancada do PMDB vai argüir pela inconstitucionalidade deste documento. Sei perfeitamente disso, desde o momento em que apresentei este requerimento à Mesa. Porém, é bom deixar bem claro que, nesta Casa já se violentou o Regimento Interno por várias e várias ocasiões, inclusive em matérias de grande importância, não que esta não o seja, mas, em processos, em Mensagens encaminhadas aqui, pelo Governador do Estado e lembro algumas delas: a Reforma Administrativa, que por sinal vou lembrar aqui desta mesma tribuna, nós alertávamos os Senhores Deputados do PMDB, que estavam votando uma matéria que mais cedo ou mais tarde viria a prejudicá-los, que seria a construção das microrregiões, a exemplo das freguesias implantadas aqui em Curitiba, pelo então Prefeito Maurício Fruet. E quando da discussão da Reforma Administrativa violentou-se o Regimento desta Casa, quando não se permitia aos Senhores Deputados de Oposição que discutissem emendas por emendas que foram apresentadas. Não tivemos esta oportunidade. Portanto, este regimento que nós respeitamos não foi respeitado. Também por ocasião da votação do Orçamento também não se respeitou este Regimento e outras matérias que já foram votadas nesta Casa também não tiveram o devido respeito a este Regimento.

Este meu requerimento é bom que se diga, não é um desrespeito a este regimento, porque eu respeito muito, e por ele é que eu brigo. Mas, venho trazer a esta Casa, os anseios de uma entidade, de uma associação de servidores, da Associação de Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a ASALEP, que encaminhou ao Presidente desta Casa, um requerimento baseado no seguinte teor: "Os abaixo-assinados, representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vêm a Vossa Senhoria no sentido de solicitar que a Ordem dos Advogados do Brasil entre com uma medida judicial contra a Prefeitura Municipal de Curitiba que, no exercício de 1988, passou a cobrar as parcelas do IPTU em OTN. Nosso pedido prende-se ao fato de que todos os funcionários públicos de Curitiba, assim como todos os trabalhadores desta Capital, proprietários de imóveis, estão recebendo a correção salarial em URP, a qual é imensamente inferior à OTN.

Temos certeza que os membros desta Ordem, darão apoio total ao nosso pedido, que visa impedir a ocorrência de mais uma perda mensal do poder aquisitivo de todos os trabalhadores, vítimas dessa medida ar-

bitrária, discricionária do atual Prefeito de Curitiba, Roberto Requião de Mello e Silva.

Atenciosamente, Manoel Aguiar Filho, Presidente; José Rosa Filho, Conselheiro; "Este foi o requerimento encaminhado pela ASALEP, Associação dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná", ao Senhor Presidente desta Casa. Demais além, para dizer que este requerimento tem fundamento, e é um requerimento apenas de apoio, não é um requerimento que venha exigir uma obediência intransigente ao regimento desta Casa, porque é público e notório e os Senhores mesmos, Deputados que moram em Curitiba, que têm suas propriedades em Curitiba, têm a consciência de que realmente o IPTU implantado neste ano pela Prefeitura veio violento e, além do mais, vêm corrigido em OTN, e Curitiba é uma das poucas cidades do Brasil, quem sabe até única, a implantar a correção através da OTN, e tem motivado uma sequência extraordinária de reclamações, não apenas para este Deputado, mas para quase todos os meios de comunicação desta Capital, de rádio, de televisão, jornal. Poderia eu até citar alguns, por exemplo, o jornal "Gazeta do Povo" fez uma extensa matéria a respeito do IPTU; que teve aumentos elevados a quase dois mil por cento. E vejam bem; o problema do aumento para o imposto predial em Curitiba, levou até os Vereadores de Curitiba, a Câmara Municipal a convocarem no dia 02, o Secretário de Finanças do Município, Heitor Wallace, e o Delegado da SUNAB, Adilson Amaro, para esclarecimentos, e durante os debates ficou a constatação. Vejam bem, Senhores Deputados, lá estavam o Superintendente, o Delegado da SUNAB, lá estava o Secretário de Finanças da Prefeitura, e ficou constatado que a Prefeitura, não vem obedecendo o disposto no Artigo 19 da Lei 6.202/80, que determina a existência de uma Comissão especializada composta por técnicos e um Vereador para apreciação e avaliação dos imóveis com a finalidade de alterações no valor venal.

Então vejam os Senhores, também tem aqui o Jornal "O Estado do Paraná", que traz uma matéria extensa a respeito de reclamações com relação ao IPTU, e um município, Senhor Valdir Colet, até fez um verso dedicado ao Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva que diz o seguinte: "Senhor Requião preste muita atenção, obrigado pelo imposto que você aplicou ao povo". Este é um poema composto por Valdir Colet, proprietário de uma churrascaria.

E mais abaixo ainda diz: "As explicações da Prefeitura não convenceram os contribuintes que têm buscado diariamente a Câmara Municipal no sentido de ver esclarecido este aumento abusivo, extorsivo do

IPTU". A injustiça maior, e aqui eu chamo a atenção dos Senhores Deputados, aqueles que estão preocupados com os problemas da população, que a injustiça maior fica com os proprietários de casas com até 100 m.², isso porque o valor venal do terreno corrigido até dois mil por cento fica muito acima do valor da casa que sofre depreciação. Essa diferença de valores, e entre casa e terreno acarreta no lançamento do contribuinte na lista dos proprietários de terrenos baldios e consequentemente o imposto fica bem mais alto.

Tenho aqui também um demonstrativo Senhora Presidente, Senhores Deputados, nos dois minutos que me restam ainda, para mostrar, uma pessoa que pagou em 1987 o IPTU de Cz\$ 1.293,00 este ano vai pagar Cz\$ 14.901,00; uma pessoa que pagou Cz\$ 1.577,00 de IPTU o ano passado este ano vai pagar Cz\$ 15.000,00; quem pagou Cz\$ 20.000,00 de IPTU o ano passado, este ano vai pagar Cz\$ 95.000,00. E o que mais nos preocupa é que realmente a massa trabalhadora, o assalariado, o mais penalizado, principalmente o aposentado, o coitado do pobre aposentado, que com sua mísera pensão mensal de três, quatro mil cruzados, tem que pagar o IPTU de sete, oito mil cruzados, ou se vê obrigado na contingência, de vender o seu imóvel.

Este apelo que eu faço, é um requerimento simples, é um requerimento bastante simples que não vai ferir nada o Regimento desta Casa que já foi ferido em outras tantas ocasiões e que visa atender um pedido da associação dos funcionários da Assembléia e por conseguinte a população Curitiba.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert)- Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria apenas uma orientação dos "experts" dessa Casa; fui Vereador por longos anos e realmente pediria a orientação até mesmo do Deputado Algaci Túlio, ou de outros entendidos desta Casa, se isso não seria mais uma proposta para os Senhores Vereadores de Curitiba, com toda decência, o caráter que eu tenho pelo Deputado Algaci Túlio, por todos os membros deste Parlamento, porque nós estamos aqui para analisar, debater e aprender até com muita humildade. Vim para essa Casa para isso também, porque aí seria o Senhor Prefeito Roberto Requião do PMDB, a comunidade, o auto índice, a elevação do IPTU e uma Câmara de Vereadores formada, acredito eu, por honrados Parlamentares. Agora, pediria eu inclusive à Assessoria desta Casa que me orientasse se isso não seria talvez uma

matéria que fosse levada ao Parlamento dos Senhores Vereadores. Os Senhores Vereadores acredito eu, porque nós aqui estamos sentindo na carne também o problema, Senhores a minha cidade também está passando pelo problema do IPTU. Eu acho que todos os Senhores Deputados aqui passam por esses problemas. Como Vereador, sinto na carne também as dores do povo da minha cidade pelo aumento do IPTU; e às vezes a gente está aqui, e a comunidade pensa que talvez o Deputado tenha uma força maior, do que os próprios Vereadores, para tentarem decidir isto, junto com o Senhor Prefeito.

A guerra do Senhor Prefeito com a Câmara de Vereadores de Curitiba, não nos interessa. O que nos interessa é o bem-estar do povo curitibano. Eu não sou de Curitiba, não tive Curitiba como berço, mas me orgulharia de tê-la como túmulo, se isso ocorrer. Mas agora acho que por isto, entendendo a garra, o bem-querer do Deputado Algaci Túlio com a comunidade curitibana. Mas, pergunto aos Senhores Parlamentares desta Casa, se isto não é uma luta em que a Câmara de Vereadores deveria travar com o Senhor Prefeito Municipal.

A Câmara Municipal de Curitiba deveria erguer agora a sua voz, para discutir em Plenário, naquela Casa de Leis, a problemática do aumento exagerado do IPTU para com a classe pobre, para a classe pobre da Capital do Estado.

Será, e posso até estar enganado, Senhores Deputados, me perdoem, mas, acredito e respeito o requerimento do ilustre Deputado da Oposição, do Partido Democrático Trabalhista, mas, acho que esta matéria deveria ser discutida no Plenário da Câmara Municipal da Capital do Estado.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Está em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Serei bastante breve, mesmo em função do adiantado da hora. Nós temos, nesta Casa, votado quase que sistematicamente contra um número, até certo ponto, elevado de requerimentos do Deputado Algaci Túlio, e nas vezes em que tenho acompanhado a Bancada do PMDB, nesta votação, tenho entendido que o Deputado tem apresentado matérias polêmicas e algumas matérias absolutamente políticas, onde a Bancada do PMDB deve, como tem se manifestado, deve colocar-se contrariamente, à condição política do ilustre Deputado.

Contudo, na presente matéria, analisando friamente, lendo requerimento, ou-

vindo o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, eu não tenho como votar contra.

Mesmo porque, nesta Casa, alguns Deputados até se manifestaram favoráveis a que o trabalhador brasileiro passe a receber o seu salário pela OTN; porque tudo o que se faz neste País, quer se fazer pela OTN. E o Prefeito de Curitiba quer cobrar os impostos em OTN.

Como é possível o trabalhador, o proprietário, o pequeno, o médio, ou grande, não importa, pagar o seu imposto pelo OTN, se ele ganha em cruzados. É um absurdo. É uma matéria, o Deputado Algaci Túlio falou em matéria inconstitucional; eu acho que a parte inconstitucional partiu exatamente do Prefeito.

Quanto à preocupação, de ser esta matéria de iniciativa de Vereador, talvez fosse, mas, como não houve uma manifestação da Câmara, pelo menos, me parece, não ter havido, pode até acontecer, não há porque, não há nenhum impedimento que esta Assembléia manifeste a sua posição contra este estado de coisas.

O que nós não podemos é fazer um discurso, e praticar a coisa diferente. É um absurdo a maneira como o Prefeito de Curitiba pretende receber os altos impostos nesta Capital.

Portanto, não sei qual é a posição da bancada; não recebi orientação; mas, peço desculpas aos nossos líderes, porque não tenho como votar contrariamente esta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Continua em votação...

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Vera Agibert) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI VILELA - Nós gostaríamos, ouvimos atentamente, a posição do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti quanto ele se referia que o assunto em pauta pertenceria, com exclusividade, à Câmara Municipal desta Capital. Mas, veja Vossa Excelência e nobres Deputados que uma matéria já inserida na "Gazeta do Povo", há dias atrás, consta que aqueles Vereadores, os Vereadores de Curitiba, inclusive sob orientação do Vereador José Groski, Líder da Bancada do PDT de Curitiba, convocou o Secretário de Finanças Municipal para prestar esclarecimentos à Câmara. Na oportunidade, Excelência, foi constatado que realmente havia uma infração de Lei, razão do requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio, solicitando a in-

tervenção da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - é exatamente para que não haja o desrespeito à Lei. Por isso que nós deixamos de concordar em parte com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti dizendo que é matéria com exclusividade da Câmara Municipal. Nós somos Deputados eleitos pelo Paraná e não só por Curitiba ou só do Interior do Paraná. É nossa responsabilidade também atender a todos os paranaenses e os paranaenses estão aqui em Curitiba.

Disse, muito bem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti quando se referia aos aumentos do IPTU na cidade de Londrina, uma cidade vizinha a nossa e que nós chegamos a acompanhar os "chios" gerais que houve da população londrinense, baixando, inclusive, o alto índice de popularidade que tinha o Prefeito Wilson Moreira em relação a isto. É bem verdade que nós sabemos que há o problema em todas as Prefeituras do Paraná e do Brasil, mas não é culpa dos nossos contribuintes. Nós, como Parlamentares, somos políticos eleitos através do voto livre e consciente dos nossos eleitores, estamos aqui para batalhar por todas as cidades, como também não seria injusto, não seria, de forma alguma, ilegal que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti viesse aqui, nesta Casa, a Casa de Leis: a maior do Estado do Paraná, defender os interesses do povo de Londrina, também contra o aumento de impostos. Por isso, nós gostaríamos que a Bancada do PMDB nesta Casa levasse em consideração.

Como advogado, não vejo ilegalidade nenhuma no requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio. Ele apenas solicita a intervenção da Ordem dos Advogados, que é a representação máxima de defesa dos interesses de todos os paranaenses, especialmente dos curitibanos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Está em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que apóiam permaneçam como estão. (Rejeitado).

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito que fique constado, nos Anais da Casa que os Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela e Pedro Tonelli, votaram favoravelmente a matéria e, que me parece, Deputado Ferrari Júnior também votou favoravelmente, não pude observá-lo e que a bancada do PDT, estrategicamente esvaziada; apenas quatro ou cinco Deputados se fazem presentes e votaram contrário.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert) Será registrado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) Meu voto foi claro diante da minha mani-

festação. Mas eu dispensei qualquer anotação, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE - (Vera Agibert)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n. 366/87

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 10, às 10:00 horas e uma Extraordinária, para logo após, ambas com a Ordem do Dia destinada à composição das Comissões.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1988.

ESCOLA DE DITADORES

Está a caminho uma segunda rodada sobre a conveniência de adotar o parlamentarismo no Brasil. A preferência revelada pela Constituinte, na fase da sistematização das emendas, só chegou a ser surpresa para os candidatos a presidente. A opinião pública há tempos vem emitindo sinais de que o sistema parlamentar de governo se oferece como alternativa consagrada pela experiência universal. A crise política brasileira se confundiu com o presidencialismo.

O esgotamento do autoritarismo implicou a condenação do sistema presidencialista de governo: o excesso de poderes se revelou incapaz de gerar soluções à altura social, econômica e política do Brasil moderno. Se a solução não pode mais estar em mãos de um único homem, também não é mais admissível fazer o país viver à espera de uma figura carismática. Todas as soluções que se afastam do padrão democrático já foram tentadas sem resultados. Portanto, a alternativa universal e natural que se apresenta é o parlamentarismo.

Os brasileiros rapidamente se converteram ao sistema colegiado de governo, pela natural desilusão crítica com o presidencialismo. O longo período autoritário não deixou margem para qualquer ilusão democrática. Os presidencialistas sustentavam-se com o argumento de que o sistema parlamentar de governo equivaleria à institucionalização da crise política. Pois o argumento se voltou contra o pró-

prio presidencialismo, que se identificou diretamente com a impotência administrativa, a crise de governo e o imobilismo político.

Os cidadãos abriram os olhos para uma diferença clara: só uma nação adota com sucesso o presidencialismo - os Estados Unidos. A Europa fez toda a sua evolução política, desde o fim das monarquias absolutas, aperfeiçoando o sistema parlamentar de governo. A conversão das monarquias absolutas aos regimes constitucionais consagrou os governos de gabinete, que o Brasil conheceu antes de se tornar república. O saldo histórico do parlamentarismo brasileiro, no segundo império, não pode ser depreciado pelo reparo de que éramos uma nação de economia limitada e população reduzida. A estabilidade política, num período de enormes dificuldades, tem um valor que não pode ser negado apenas com retórica.

Nem o presidencialismo e nem o federalismo reproduziram, no Brasil, o sucesso de origem: atenderam às condições peculiares dos Estados Unidos, mas aqui não corresponderam. Apenas nominalmente somos uma federação. E o nosso presidencialismo foi uma escola de autoritarismo, com alguns ditadores diplomados pelo excesso de poderes, e outros aspirantes que se atrapalharam com o seu uso. A crise se tornou a sombra do presidencialismo brasileiro.

Era inevitável que um eleitorado numeroso e qualificado pelo desenvolvimento social, depois de um longo período autoritário, amadurecesse a conclusão de que a transição recomenda o parlamentarismo como a solução mais adequada. Primeiro, pelos antecedentes históricos: o governo de gabinete já foi aprovado, enquanto vigorou, no século passado, como o mais produtivo e estável período político que a nação conheceu. Em segundo lugar, a República tem o direito de experimentá-lo em condições normais, sem estar a serviço de interesses personalistas e sem os hibridismos que invalidaram a solução de 1961.

O parlamentarismo é um sistema de governo que se caracteriza pela despersonalização do poder, que o presidencialismo acentua até o autoritarismo. O governo colegiado - argumentam os adversários do parlamentarismo - pressupõe a existência de partidos formadores de quadros políticos. Ora, nesse caso a alta de partidos bem estruturados entre nós é uma denúncia frontal da falência do presidencialismo. A república já vai completar cem anos, e nunca teve partidos modernos. A chamada primeira república, que desmoronou em 1930, serviu-se de partidos regionais que sobreviveram à monarquia, por um bipartidarismo instintivo. Os partidos oligárquicos mantinham o rigor seletivo no recruta-

mento e na formação de quadros dirigentes. Se o presidencialismo não criou partidos nacionais de organização moderna, para gerir uma nação industrializada, a culpa não é do parlamentarismo. Esta é mais uma razão para se fazer a sério a tentativa de encontrar soluções políticas e criar partidos altamente qualificados - com o regime de gabinete. O presidencialismo nunca foi interessado em gerar partidos: a república só conheceu o partido do governo e o partido que, por ser excluído dos fatores políticos, se chama oposicionista.

O parlamentarismo é a oportunidade histórica para se criarem partidos comprometidos com programas de governo e soluções responsáveis. Além de tornar transparentes os partidos, o parlamentarismo restringe o âmbito das divergências e circumscreve o risco de qualquer crise, que no presidencialismo se aprofunda e se alastra pelas instituições. A substituição de gabinetes parlamentares é da natureza do regime colegiado: os ocupantes dos cargos de governo (em nível ministerial) são delegados do partido ou da coalizão que estiver no poder. Enquanto contarem com sustentação parlamentar, exercerão o poder nos termos da proposta com que o gabinete foi aprovado pelo congresso. Perdida a confiança da maioria desfaz-se a coligação e substituem-se os ministros.

O sofisma presidencialista, entre nós insinua que o parlamentarismo no Brasil será semestral. Fica implícita a observação de que, a cada semestre, seria necessário mudar toda a cúpula administrativa. É engano ou má fé, porque o parlamentarismo mantém a estrutura administrativa permanente fora das oscilações políticas. Mudam apenas os ministros e os cargos de sua estrita confiança pessoal no gabinete. Portanto, o primeiro benefício será exatamente a separação definitiva entre a administração e a política.

Os brasileiros vieram se dando conta de que as estatísticas exprimem verdades que não podem ser negadas com retórica. Os países da Europa são parlamentaristas, e nenhum deles pensa em mudar. Ao contrário, a América Latina, monoliticamente presidencialista, não é exemplo de estabilidade. Pelo contrário, é uma escola de ditadores com propensões caricatas.

A oportunidade para o Brasil é realmente histórica: já que os presidentes não correspondem às expectativas de que o paternalismo político cercou o cargo, e se desconhece qualquer contribuição democrática por parte desse sistema de governo, tudo aconselha o Brasil a aproveitar as circunstâncias históricas e tentar a sério, sem fazer concessões, o governo de gabinete.

Está suficientemente claro que não é

pelo atual ocupante da presidência da República que os constituintes exprimem uma preferência nítida pelo sistema parlamentar de governo. A experiência acumulada convenceu a opinião pública e obriga os constituintes a levar em conta outros aspectos históricos, políticos e doutrinários na visão das necessidades políticas brasileiras.

Não cabe alegar a frustração da experiência parlamentar de 1961, que ficou moral e politicamente comprometida pelas razões casuísticas predominantes na sua aprovação durante uma crise militar. Não se muda um sistema de governo para evitar a posse de um vice-presidente eleito pelo voto direto. Ficou entendido, na ocasião, que se tratava de um artifício político para contornar o veto dos militares à posse de João Goulart. Entendeu-se, em consequência, que era lícito ao presidente despojado de poderes lutar para recuperar aquilo a que tinha direito.

É sintomático que, tendo recuperado os poderes presidencialistas, João Goulart, tenha acelerado a crise e o desfecho que liquidou o próprio regime constitucional. Era o presidencialismo em crise, que não se salvou nem mesmo com os vinte anos de autoritarismo. É muito menos pelo exercício dos poderes personalizados na transição: o presidente da República sentiu-se induzido a confrontar os poderes da Constituinte, mesmo sem ter condições políticas e legitimidade suficientes, pois nem sequer foi eleito pelo voto direto e sua posse foi juridicamente discutível.

A visão da crise, sempre possível no presidencialismo, dadas as suas conhecidas implicações institucionais, recomenda a aprovação do parlamentarismo. O JORNAL DO BRASIL, que nasceu com a convicção presidencialista, e sempre foi seu defensor, com a mesma lealdade se declara convencido da necessidade de experimentarmos a sério o sistema parlamentar de governo. Sem motivos subalternos e sem razões casuísticas, mas como lucidez histórica e certeza democrática.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DAVID CHERIEGATE EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1988

"Que o Legislativo legisle e o Executivo governe"

Roberto Marinho

As propostas que o Presidente José Sarney formulou, na entrevista que ontem publicamos, não coincidem com os princípios e as metas de ordem política e econômica que "O Globo" vem preconizando no sentido de assegurar a transição democrática.

tica.

Não concordamos com a tese de que o projeto de redemocratização de Tancredo Neves tenha passado, após a morte do grande líder, ao comando de "uma minoria radical".

A condução foi transmitida exatamente ao Presidente que, desde a sua posse no Congresso, assumiu a plena responsabilidade de governar o País, no período para que foi eleito em 15 de janeiro de 85.

Se o Presidente resolveu dividir suas atribuições com as cúpulas de algumas agremiações partidárias, exerceu uma prerrogativa política que não lhe pode ser negada mas da qual também não poderá se queixar.

Essa opção foi evidentemente feliz. Ingressamos numa experiência canhestra de "presidencialismo parlamentar", que redundou, entre outros equívocos, no desvirtuamento demagógico do Plano Cruzado, na tentativa de repúdio às leis do mercado e na aventura da moratória unilateral, cujos dramáticos efeitos estão constituindo uma fonte de sofrimentos para todos os setores da sociedade brasileira.

Neste momento, quando o Presidente da República se decide a retomar a plenitude de suas prerrogativas e convoca para o seu Ministério técnicos sem conotação política, com a incumbência de corrigir os desmandos do arremedo de parlamentarismo dos últimos dois anos, torna-se inconcebível que se preconize a adoção constitucional de tal regime.

Por outro lado, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte procura acelerar os seus trabalhos, "na marra" - à custa de terríveis riscos para o futuro da Nação, como consequência de dispositivos que estabelecem uma série de privilégios de minorias e opções pelo ócio - a fim de possibilitar a alguns parlamentares a participação numa eventual disputa eleitoral ainda este ano, parece-nos que o dever do Presidente para com seus compatriotas é o de se dedicar integral e exclusivamente ao cumprimento do seu mandato.

A Nação não pode ficar à mercê de uma disputa de poderes entre o Executivo e o Legislativo, numa das horas mais graves da sua História.

Não vamos abrir caminho para o retrocesso com uma ruptura na ordem jurídico-política vigente.

É o mínimo que o povo brasileiro pode esperar dos seus governantes."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ AFONSO JÚNIOR EM SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1988

"Que o Legislativo legisle
e o Executivo governe"

Roberto Marinho

As propostas que o Presidente José Sarney formulou, na entrevista que ontem publicamos, não coincidem com os princípios e as metas de ordem política e econômica que "O Globo" vem preconizando no sentido de assegurar a transição democrática.

Não concordamos com a tese de que o projeto de redemocratização de Tancredo Neves tenha passado, após a morte do grande líder, ao comando de "uma minoria radical".

A condução foi transmitida exatamente ao Presidente que, desde a sua posse no Congresso, assumiu a plena responsabilidade de governar o País, no período para que foi eleito em 15 de janeiro de 85.

Se o Presidente resolveu dividir suas atribuições com as cúpulas de algumas agremiações partidárias, exerceu uma prerrogativa política que não lhe pode ser negada mas da qual também não poderá se queixar.

Essa opção foi evidentemente feliz. Ingressamos numa experiência canhestra de "presidencialismo parlamentar", que redundou, entre outros equívocos, no desvirtuamento demagógico do Plano Cruzado, na tentativa de repúdio às leis do mercado e na aventura da moratória unilateral, cujos

dramáticos efeitos estão constituindo uma fonte de sofrimentos para todos os setores da sociedade brasileira.

Neste momento, quando o Presidente da República se decide a retomar a plenitude de suas prerrogativas e convoca para o seu Ministério técnicos sem conotação política, com a incumbência de corrigir os desmandos do arremedo de parlamentarismo dos últimos dois anos, torna-se inconcebível que se preconize a adoção constitucional de tal regime.

Por outro lado, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte procura acelerar os seus trabalhos, "na marra" - à custa de terríveis riscos para o futuro da Nação, como consequência de dispositivos que estabelecem uma série de privilégios de minorias e opções pelo ócio - a fim de possibilitar a alguns parlamentares a participação numa eventual disputa eleitoral ainda este ano, parece-nos que o dever do Presidente para com seus compatriotas é o de se dedicar integral e exclusivamente ao cumprimento do seu mandato.

A Nação não pode ficar à mercê de uma disputa de poderes entre o Executivo e o Legislativo, numa das horas mais graves da sua História.

Não vamos abrir caminho para o retrocesso com uma ruptura na ordem jurídico-política vigente.

É o mínimo que o povo brasileiro pode esperar dos seus governantes."